



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas

JUSSARA DE PINHO BARREIROS

**IDENTIDADE, TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS:
ESTUDO DE CASO DA ETNIA KARIPUNA, NA ALDEIA MANGA,
NO MUNICÍPIO DO OIAPOQUE/AMAPÁ.**

Macapá - AP

2012

JUSSARA DE PINHO BARREIROS

**IDENTIDADE, TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS:
ESTUDO DE CASO DA ETNIA KARIPUNA, NA ALDEIA MANGA,
NO MUNICÍPIO DO OIAPOQUE/AMAPÁ.**

Dissertação de Mestrado, apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas, da Universidade Federal do Amapá, para o 2º semestre de 2012, orientado pela Prof.^a Dr.^a. Simone Pereira Garcia, como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre.

Macapá - AP
2012

JUSSARA DE PINHO BARREIROS

**IDENTIDADE, TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS:
ESTUDO DE CASO DA ETNIA KARIPUNA, NA ALDEIA MANGA,
NO MUNICÍPIO DO OIAPOQUE/AMAPÁ.**

Data de Aprovação: Macapá, ____/____/____.

BANCA

Prof^a. Dr^a. Simone Pereira Garcia (Orientadora)

Prof.^a Dr^a. Daginete Maria Chaves Brito (Membro)

Prof. Dr. Edinaldo Pinheiro Nunes Filho (Membro)

Prof. Dr. João Batista Gomes de Oliveira (Membro)

Macapá - AP
2012

Dedico a Jorge dos Santos Barreiros (In Memoriam) e Terezinha de Pinho Barreiros meus pais, pela herança de vida e de educação a mim e aos meus irmãos e irmãs;

Aos colegas professores João Beneilson Maia Gatinho e Sandra do Socorro Almeida Monteiro (In Memoriam) que contribuíram para a criação do Curso de Educação Escolar Indígena, da Universidade Federal do Amapá, minha eterna gratidão;

A João Wilton Ribeiro Alvino, meu marido e meus filhos: Wellington, João Júnior e Welton com amor, dedicação e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos especialmente aos alunos indígenas, da 1ª turma (2007 Educação Indígena) da UNIFAP, principais autores que contribuíram com suas experiências, vivências de seus mitos, identidades culturais de vida e sobrevivência, valorizando a tradição indígena da região do Uaçá, localizados no município do Oiapoque/AP.

Aos funcionários Sr. Domingos Santa Rosa e Gregório Nazareno Lod, técnicos da FUNAI/AER (Administração Executiva Regional) do Oiapoque, e as famílias moradores na aldeia Manga pela contribuição e compromisso à pesquisa com suas entrevistas.

A participação de conhecimentos dos colegas professores como: Adelma das Neves Barros; Rosemary Ferreira Andrade; Eliane Superti; Nicolau Eládio Crispino; Adalberto Carvalho Ribeiro; Alan Cunha e Helenilza Cunha; Daguinete Maria Chaves Brito;

Às minhas colegas companheiras de estrada (Oiapoque e aldeias), Sandra Monteiro (*In Memoriam*), Cecília Chaves B. Bastos; Rauliette Diana Lima e Silva e, a minha orientadora e colega Dra. Simone Pereira Garcia, pela paciência e compreensão durante as orientações dos estudos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas – PPGDAPP, pertencente à turma 2010//UNIFAP.

E finalmente, agradecemos o apoio e compromisso, na pesquisa das entidades FUNAI e FUNASA/Oiapoque; APIO - Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque; IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena; IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; SEMA-Secretaria Estadual de Meio Ambiente; NEI - Núcleo de Educação Indígena.

“O nome Nambiquara vem do Tupi e, significa ‘orelhas compridas’ ou ‘furo da orelha’, referente aos botoques que eles usam nas orelhas. Os Parecis, vizinhos dos Nambiquara, os chamam de ‘Uiakoakore’ – Aqueles que dormem no chão. Este nome se refere ao seu costume de dormir na areia e, usar as cinzas da fogueira para se aquecerem durante a noite. A maioria de índios no Brasil dorme em redes. Na década de 30 fotografou os índios Nambiquara disse que suas fotos geravam uma sensação de vazio e tristeza... visto o contraste entre um passado que tive a alegria de conhecer, e um presente do qual eu tenho dolorosos relatos”.

(Antropólogo Claude Lévi-Strauss, 1994).

RESUMO:

Esta dissertação é resultado da pesquisa sobre as questões que envolvem identidade, território e políticas socioambientais na Terra Indígena Uaçá, no município de Oiapoque/Amapá, destacando-se a aldeia Manga para estudo destas questões. O objetivo é discutir as políticas direcionadas ao desenvolvimento de projetos socioambientais em Terras Indígenas, especialmente no espaço da aldeia Manga, localizadas à margem do rio Curipi, considerando-se o que preceitua a Constituição Federal de 1988, em relação à manutenção das práticas e dos saberes tradicionais indígenas voltados ao manejo dos recursos naturais. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender que, tradicionalmente, os indígenas souberam proteger e manejar os recursos naturais em seus territórios, de forma sustentável, por meio, de atividades como caça, pesca, plantio e cultivo pela agricultura familiar, mas que no presente devido aos vários impactos exógenos são indispensáveis novas políticas socioambientais de proteção e conservação desse território como meio de sobrevivência da identidade étnica e da continuação das práticas e saberes envolvendo seus recursos naturais. Deste modo, o estudo dos conceitos de identidade e território foi importante para caracterizar como o Estado brasileiro vem definindo projetos e ações de proteção ao território indígena. Os procedimentos metodológicos utilizados foram compostos por pesquisa da legislação e de documentos em órgãos públicos FUNAI, FUNASA, Iepé; observação participante e entrevistas com roteiro previamente definido junto aos moradores da aldeia Manga, no período de 2007 a 2011. Os resultados apontaram que, desde o início do século XXI, os indígenas, em parceria com várias instituições governamentais e não governamentais vem elaborando e colocando em prática projetos como o Plano de Vida e de Etnoconservação de Quelônios (ambos em 2009). Diante dos resultados do estudo, concluiu-se que as discussões sobre identidade étnica e território têm sido fundamentais para a elaboração de políticas e projetos socioambientais direcionadas aos povos indígenas, considerando-se os preceitos da Constituição de 1988 que influenciaram na proposição de alternativas de sustentabilidade para o território da aldeia Manga, na Terra Indígena Uaçá.

PALAVRAS – CHAVE: Identidade. Território. Terras Indígenas. Políticas Socioambientais. Sustentabilidade.

RÉSUMÉ:

Ce document est le résultat d'une recherche sur les questions entourant le thème: Identité, Politique sociale et environnementale et de la planification: Étude de cas de Karipuna ethnique dans le village de Manga dans la municipalité de Oiapoque / Amapá. L'objectif est de discuter des politiques publiques axées sur le développement de projets environnementaux dans les terres des peuples autochtones, de la Constitution fédérale de 1988, en particulier dans le village de Manga espace, situé sur la rive Curipi. Compte tenu des pratiques de connaissances traditionnelles et indigènes face à la gestion des ressources environnementales. Cette étude se justifie par la nécessité de comprendre que, traditionnellement, les Indiens peuvent continuer la gestion et l'utilisation des ressources naturelles dans leurs territoires de façon durable, mais à l'heure actuelle en raison de divers chocs exogènes sont indispensables de nouvelles politiques et de la préservation de l'environnement conservation de l'environnement pour la survie de l'identité ethnique et la continuité des connaissances et pratiques traditionnelles en territoire indigène, faisant appel aux ressources de l'environnement par le biais de la chasse, la pêche, la plantation et la culture dans les exploitations familiales. Ainsi, le champ d'étude de cas, basée sur le travail de terrain avec l'observation participante comme des acteurs ayant le Manga villageois, approche avec les concepts d'identité, les politiques du territoire et de l'environnement était important de vérifier la production économique de l'occupation dans son territoire et territorialité des Karipuna autochtones et les actions essentielles pour caracterizaras traduits par Manga projets environnementaux dans le village. Les procédures méthodologiques utilisées dans les recherches sur le terrain, nous adoptons une méthode qualitative, en utilisant la recherche documentaire et de la littérature, à la recherche de l'interprétation de la dynamique et de la trajectoire de contact, à l'aide d'information documentaire et de la législation sur les organismes représentant autochtone FUNAI; FUNASA; IEPE l'aide de la interviews observation participante, et ouvert avec les représentants des organismes gouvernementaux et des membres de la communauté, époque 2007-2011. Compte tenu des résultats de l'étude de cas, il a été conclu que les discussions sur l'identité ethnique, le territoire et les politiques environnementales sont essentielles pour mettre en évidence les projets destinés aux peuples autochtones, à partir de la promulgation de la Constitution fédérale de 1988 et les implications concernant un projet de alternatives visant à la durabilité du territoire de l'Manga village Uaçá terres autochtones.

MOTS - CLES: Identité. Indigène. La Politique Environnementale. La Durabilité.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	TERRITÓRIO E IDENTIDADE: REFERENCIAIS PARA AS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS DE GRUPOS INDÍGENAS	19
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA-GEOGRÁFICO DA ALDEIA MANGA NA TERRA INDÍGENA UAÇÁ	35
3.1	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS POVOS INDÍGENAS DA TI UAÇÁ	35
3.2	UM POUCO DE HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO UAÇÁ.....	39
3.3	DESCRIÇÃO DO MODO DE VIDA DOS HABITANTES DA ALDEIA MANGA	46
3.4	NOVAS DINÂMICAS VIVENCIADAS PELA ALDEIA MANGA	52
4	POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS PARA OS POVOS INDÍGENAS KARIPUNA DA ALDEIA MANGA	57
4.1	PRÁTICAS E SABERES DOS INDÍGENAS KARIPUNA NO MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS	57
4.2	PROJETOS PARA PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO E DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS QUANTO AO USO DOS RECURSOS AMBIENTAIS DO POVO KARIPUNA.....	64
4.2.1	O Projeto de Etnoconservação de Quelônios	68
4.2.2	Plano de Vida da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque-APIO... 72	
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS	89
	APÊNDICES	93
	ANEXOS	94

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa Terra Indígena Galibi, Uaçá e Juminã.....	36
Figura 2: Rio Curupi que dá acesso a outras aldeias, na aldeia Manga.	38
Figura 3: Aldeia Manga.	38
Figura 4: Casa de Madeira e cavaco, moradia antiga na aldeia Manga.....	44
Figura 5: Escola Municipal Jorge Iaparrá, na aldeia Manga.....	45
Figura 6: Plantação de roça, na aldeia Manga.	47
Figura 7: Produção de Farinha, na aldeia Manga.	48
Figura 8: Produtos da Pesca, na aldeia Manga.....	49
Figura 9: Produtos da Pesca, na aldeia Manga.....	50
Figura 10: Ritual do Turé – Pajé da Aldeia Santa Izabel.....	52
Figura 11: Ponte Binacional sob o rio Oiapoque.	55
Figura 12: Desenho da acadêmica Andréia dos Santos da etnia Karipuna, Fevereiro de 2011.	61
Figura 13: Filhotes de tracajás para processo de soltura nos rios da TI Uaçá. 71	
Figura 14: O mosquito <i>Anopheles albimanus</i> , vetor da malária, alimentando-se em um braço humano.	77
Figura 15: Coleta de resíduos sólidos (lixo)- aldeia Manga, 2012.....	78
Figura 16: Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá - aldeia Manga.....	80
Figura 17: Produção de farinha da mandioca (peneirando).	81
Figura 18: Rio Curipi – Aldeia Manga, 2012.....	82
Figura 19: Museu Kuahí- Oiapoque/AP.....	83

1 INTRODUÇÃO

A dissertação trata das questões que envolvem identidade, território e políticas socioambientais, na Terra Indígena Uaçá, no município de Oiapoque/Amapá, especialmente os indígenas da etnia Karipuna da aldeia Manga. O objetivo foi analisar as políticas direcionadas ao desenvolvimento de projetos socioambientais no espaço dessa aldeia. Políticas previstas na Constituição Federal de 1988 que estabeleceu um capítulo específico para os povos indígenas, destacando a necessidade de proteção da identidade e a continuidade das práticas e dos saberes tradicionais no território indígena.

Os indígenas das Terras Indígenas¹, localizadas no município do Oiapoque, estado do Amapá, vêm discutindo, elaborando e colocando em prática alguns projetos e ações em consonância com o que preceitua o texto constitucional de 1988, a partir de várias parcerias com instituições governamentais e não governamentais. Os Povos Indígenas do Oiapoque, com esses projetos e ações visam atender as aldeias que fazem parte das três Terras Indígenas, contudo, nesta pesquisa foi delimitada a TI Uaçá, principalmente os Karipuna da aldeia Manga.

A Terra Indígena Uaçá possui 470.164 hectares e foi homologada a partir de 1991. Essa TI configura uma grande área protegida, cortada a oeste pela BR 156, que liga Macapá ao Oiapoque. Essa terra compreende o espaço geográfico da Bacia do Uaçá e seus tributários, incluindo os rios Curipi e Urucauá. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2011) a TI Uaçá possui uma população estimada em aproximadamente 4.462 indígenas. Além das aldeias Karipuna a TI Uaçá é habitada pelos Galibi Marworno e Palikur.

Dentro dessa TI a aldeia Manga está situada à margem do rio Curipi, sendo a única que tem acesso, por terra, a cidade do Oiapoque. Portanto, a escolha da aldeia Manga para estudo justifica-se por ser aquela que tem proximidade com a cidade do Oiapoque, fronteira com Saint Georges (Guiana Francesa) e que por isso em sua região circunvizinha existem várias redes de contato, possibilitando todos os tipos de influências exógenas ao seu ambiente.

¹ Além da Terra Indígena do Uaçá existe a Galibi e a Juminã, todas demarcadas e homologadas, formando uma área contínua de 518.454 hectares.

Além disso, a aldeia Manga permite acessar as demais aldeias dentro da TI Uaçá. Esses são alguns fatores importantes porque caracterizar as políticas e projetos socioambientais que vem sendo desenvolvidos na área, de forma a evitar a perda de identidade e do território indígena.

A justificativa desse estudo, portanto, pauta-se pela compreensão de que, tradicionalmente, os indígenas da aldeia Manga souberam proteger e manejar os recursos naturais de seus territórios, de forma sustentável, sem degradação do meio ambiente onde vivem, mas que no presente o território indígena vem sofrendo todo tipo de pressão, devido aos vários impactos externos, que vão desde a urbanização, poluição dos rios e queimadas - com possibilidade de perda da fauna e da flora e alteração da biodiversidade dessa região – até a influência da cultura das cidades do Oiapoque e Saint Georges sobre os jovens e crianças indígenas. E, também, influência demarcada por projetos definidos pelo Estado brasileiro como a pavimentação da BR 156, a passagem da linha de transmissão de energia elétrica e a construção da ponte binacional que liga o Brasil (Oiapoque/AP) a Guiana Francesa (Saint Georges e Caiena).

Considerando todos os fatores que tem possibilidade de pressionar o território da aldeia Manga, os Povos Indígenas do Oiapoque, associados ao movimento indígena do Amapá e do Brasil, consolidaram uma série de reivindicações sobre a proteção e defesa de seu território. Essas reivindicações configuraram-se, sobretudo, a partir da Constituição Federal de 1988 que vem possibilitando à elaboração de políticas culturais e ambientais de proteção a identidade indígena e ao território, como meio de sobrevivência de sua identidade étnica e da possibilidade de continuação das práticas e saberes que envolvem os recursos naturais.

Na Constituição de 1988 estão destacados vários princípios e conceitos que direcionam as políticas e projetos em defesa da identidade e do território dos indígenas do Brasil e em particular da TI Uaçá, na região do Oiapoque. O artigo 225 estabelece que “Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida [...]”. O artigo 231 “Reconhece que os índios são brasileiros como todos nós e têm direitos sobre suas terras tradicionalmente ocupadas”.

Desta forma, foi importante destacar os conceitos de identidade étnica e territorial para descrever como os indígenas veem construindo simbólica e concretamente seu território e sua territorialidade, considerando-se os novos elementos introduzidos por políticas socioambientais. Conceitos essenciais para caracterizar as ações traduzidas pelos projetos econômicos e socioambientais no território da aldeia Manga.

É interessante entender a relação imbricada entre os conceitos destacados para análise. Segundo Little (2002) quando se fala de território temos que perceber que ele “é produto da apropriação de um dado segmento social e que nele se estabelece relações políticas de controle ou relações afetivas identitárias e de pertencimento”, o que demarca a territorialidade de um determinado grupo social. Nesse sentido, pode-se dizer que qualquer território é um produto histórico de processos socioculturais, políticos e identitários, ou seja, a territorialidade tem um papel importante na constituição da diversidade cultural dos grupos indígenas.

Ou seja, a territorialidade tem um papel importante na constituição identitária dos grupos indígenas, pois são elemento constituinte de práticas sociais em processo, capazes de constituir sujeitos e grupos. Assim, a construção da identidade indígena a partir de elementos étnico-culturais e territoriais demarca a necessidade da formalização de políticas para a construção de sujeitos e grupos que possam levar adiante projetos que possibilitem uma nova convivência com a sociedade envolvente.

Haesbaert (2004) alerta que para sua estruturação da identidade é necessário fazer alusão ou referência a um território, no sentido simbólico ou real. Por isso, é importante fundamentar uma “identidade sócia territorial”. Ou seja, uma identidade social que também é uma identidade territorial atrelada ao simbólico ou ao concreto.

É importante destacar que a conduta quanto à identidade étnica e territorial indígena diz respeito também à necessidade de entender o conceito de ambiente como local onde as práticas sociais são desenvolvidas, interagindo e conectando-se materialmente e socialmente, seja por meio das águas, do solo ou da atmosfera (ACSERALD, 2008). O ambiente se liga materialmente, socialmente e simbolicamente com o território indígena e,

consequentemente, com seus recursos naturais. A forma como os recursos naturais foram manejados historicamente lhes possibilitou a proteção e conservação da biodiversidade, de modo a não esgotá-la. Esses recursos naturais (caça, pesca) e as atividades agrícolas de plantio e cultivo, até hoje necessários à sobrevivência física, mítico-religiosa e simbólico-ritualística transcende o envolvimento do índio com a terra.

Diegues (2001, p. 32) afirma que “Um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais, marcado pelo respeito aos ciclos da natureza tradição herdada dos mais velhos”. Desta forma, o autor destaca que, além do espaço de relações sociais é importante ressaltar que o território e seus recursos são também o “lócus das representações do imaginário mitológico” dessas sociedades. Por isso é essencial analisar como os grupos indígenas do Uaçá mantêm relação cosmológica e simbólica com a natureza, além de perceber como eles veem se relacionando com novos elementos introduzidos por meio de políticas socioambientais em TI.

Considerando a discussão conceitual, a pesquisa concentrou-se em analisar a forma como os habitantes do Uaçá, em especial os moradores da aldeia Manga, elaboraram políticas dentro do território indígena, com uma série de ações voltadas a execução de políticas socioambientais. Os dois documentos (Plano de Vida e Projeto de Etnoconservação de Quelônios) resultaram de políticas construídas pelos povos indígenas do Oiapoque, em parceria com diversas instituições e consolidaram uma série de ações que estão sendo implementadas como alternativas para a sustentabilidade econômica e socioambiental, aliando reafirmação da identidade territorial e conservação do meio ambiente.

Por isso foi importante questionar: Até que ponto as políticas traçadas por meio de projetos socioambientais em TI, na atualidade, estão sendo eficazes para proteger e reafirmar a identidade sócio territorial e os saberes tradicionais dos povos indígenas Karipuna, na aldeia Manga?

Para discutir essa questão propomos os seguintes objetivos:

- Discutir os conceitos norteadores sobre identidade étnica, território e meio ambiente, a partir de um breve contexto sobre as ações do Estado em território indígena, a partir do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), incluindo os princípios estabelecidos para proteção da identidade e do território indígena na Constituição Federal de 1988;
- Caracterizar o contexto histórico geográfico das TI do Oiapoque, localizando a história da aldeia Manga; seu modo de vida tradicional e de pertencimento ao território indígena, a valorização e o manejo dos recursos naturais de caça e pesca nas atividades de agricultura familiar, bem como sua cosmologia mítico-religiosa e as novas dinâmicas advindas de projetos definidos pelo governo do Estado do Amapá como a pavimentação da BR 156, a passagem da linha de transmissão de energia elétrica e a construção da ponte binacional que liga o Brasil (Oiapoque/AP) a Guiana Francesa (Saint Georges e Caiena).
- Descrever as novas políticas socioambientais delineadas e destinadas à aldeia Manga da TI Uaçá, demonstrando principalmente a elaboração e execução do Plano de Vida e do Projeto de Etnoconservação de Quelônios, traçados como políticas públicas para reafirmação da tradição ancestral e de proteção e conservação do ambiental no território indígena.

A investigação foi feita a partir da abordagem qualitativa, considera-se que ela dependeu das perguntas formuladas pela pesquisadora para produzir as conclusões da pesquisa sobre a população estudada. Teixeira (2008) aborda as seguintes características básicas da natureza da pesquisa qualitativa: tem o ambiente natural como fonte direta dos dados; a interpretação é foco da investigação; há flexibilidade na conduta do estudo e reconhecimento de que há uma influência da pesquisa sobre a situação da comunidade.

A pesquisa, portanto, baseou-se na interpretação das experiências vividas pelos moradores da aldeia Manga no curso de suas atividades cotidianas, mas também pelas fontes coletadas, como bibliografias e legislação sobre a temática. Para tanto, adotamos a pesquisa participante e a entrevista

como procedimentos metodológicos relacionados entre si, conforme descritos abaixo.

Utiliza-se a técnica da observação participante para fazer a imersão no mundo dos sujeitos observados, de forma a captar informações junto aos moradores da aldeia Manga e como eles constroem a realidade em que atuam. A observação constituiu-se como uma estratégia de campo que combinou, ao mesmo tempo, visita da pesquisadora à aldeia, conversas informais e entrevistas, com roteiros previamente definidos, com os sujeitos investigados e a observação do ambiente onde vivem elementos associados à análise bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada em órgãos públicos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Iepé. Essas informações forneceram informações acerca da história dos povos indígenas do Oiapoque e sobre a legislação que trata da temática.

Universo da Pesquisa da Observação Participante teve como referência o Plano de Vida e o Projeto de Etnoconservação de Quelônios pelos Povos Indígenas do Oiapoque. Desta forma, as questões investigadas foram direcionadas para a elaboração desses projetos e para as ações que estão sendo implementadas, na aldeia Manga, como alternativas para a sustentabilidade econômica e socioambiental dos indígenas.

Para caracterizar os projetos, no momento da observação participante foram feitas:

- Nove (09) visitas, no período de 2007 a 2011, durante as aulas do Curso de Licenciatura Intercultural que ocorrem nos meses de janeiro/fevereiro e julho. A realização deste procedimento possibilitou a coleta de dados sobre as condições socioeconômicas e ambientais dos moradores da aldeia Manga, os espaços de moradia e as terras utilizadas para as suas atividades de pesca, caça, plantação e cultivo.

- Anotações em caderno de campo e registro fotográfico da aldeia Manga e da área da cidade do Oiapoque, de forma a caracterizar o local investigado.

- Seleção de moradores da aldeia para operacionalizar a realização das conversas informais e de entrevistas, com roteiros previamente definidos. A pesquisa contou com a participação de sete indígenas da aldeia Manga, que representaram sete famílias Karipuna, no município do Oiapoque. São eles: Anatana dos Santos (23 anos, universitária e moradora da aldeia Manga desde a década de 1980); Artenisa dos Santos Karipuna (29 anos, moradora da aldeia Manga, porém professora na aldeia Kunanã); Elizeu Santana (43 anos, morador da aldeia Manga e Secretário Escolar da Escola Estadual Indígena Iaparrá); Irlene dos Santos (28 anos, moradora e professora na aldeia Espírito Santo); Leandro Felipe Aniká (26 anos, professor e morador da aldeia Manga, desde a década de 1980); Maria Sônia Aniká (47 anos, professora de 1ª à 4ª série, moradora da aldeia Manga, a partir da década de 1970); Robersoni Aniká dos Santos (40 anos, professor e morador da aldeia a partir da década de 1970).

As entrevistas serviram para reafirmar as informações colhidas durante as observações em campo. A grande vantagem dessa técnica em relação às outras é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados temas. A entrevista pode ser definida como uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico. Nas entrevistas, com roteiros previamente estabelecidos, há o momento das perguntas anteriormente determinadas, podendo ser as respostas relativamente livres. Caso haja a necessidade, o pesquisador pode acrescentar uma questão não prevista, dependendo das respostas dos colaboradores.

O trabalho de pesquisa permitiu organizar e classificar o material coletado em campo com base nos procedimentos metodológicos: pesquisa documental e da legislação, observação participante, notas de campo com registro fotográfico e entrevista, com roteiro previamente estabelecido. Todo o material pesquisado foi organizado e categorizado segundo critérios relativamente flexíveis e previamente definidos, considerando-se os objetivos da pesquisa.

Na etapa da análise dos dados coletados na pesquisa qualitativa fez-se o cruzamento de informações, estabelecendo-se padrões de análise para

leitura e de diferentes materiais coletados. A partir desse cruzamento, procurou-se produzir interpretações e explicações que buscassem responder a questão que motivou a investigação.

Para dar conta das questões propostas pela pesquisa, o texto está organizado em três capítulos: o primeiro apresenta uma breve discussão sobre os conceitos norteadores do estudo: identidade, território e políticas socioambientais, contextualizando as ações do Estado em território indígena, a partir do Serviço de Proteção ao Índio e da Fundação Nacional do Índio, incluindo os princípios, na Constituição Federal de 1988, estabelecidos para proteção da identidade e das terras indígenas;

O segundo capítulo compõe uma contextualização histórico-geográfica das Terras Indígenas do Oiapoque, localizando a história da aldeia Manga; seu modo de vida tradicional e de pertencimento ao território indígena; sua cosmovisão e religiosidade, considerando-se a tradição de seus hábitos e costumes e as novas dinâmicas territoriais que tem influenciado a elaboração de novas políticas socioambientais para os povos indígenas do Oiapoque.

E o terceiro capítulo analisa as políticas socioambientais, levando-se em consideração os projetos socioeconômicos e ambientais - Plano de Vida e do Projeto de Etnoconservação de Quelônios - destinados à aldeia Manga e traçados como políticas públicas para reafirmação da identidade indígena e de proteção e conservação ambiental do seu território.

E finalizando, as considerações finais, apresenta como resultado do objeto de pesquisa as questões propostas e a execução de projetos socioambientais como o “Plano de Vida” e a “Etnoconservação de Quelônios” dos povos indígenas do Oiapoque traçados como políticas públicas para a reafirmação da identidade indígena e da proteção e conservação ambiental dos recursos naturais do seu território. Delineando um contexto sociocultural do povo Karipuna, na aldeia Manga, do modo de vida tradicional compartilhada relacionada à tradição desenvolvidas das atividades de pesca, caça e da agricultura familiar como plantar e cultivar, fatores esses que afirmam o vínculo de pertencimento ao território indígena.

2 TERRITÓRIO E IDENTIDADE: REFERENCIAIS PARA AS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS DE GRUPOS INDÍGENAS

Este capítulo objetiva fazer uma breve discussão dos conceitos de identidade étnica e território, relacionando-os como importante referencial para se propuser a executar políticas socioambientais destinadas aos grupos indígenas no Brasil e, em particular, ao município do Oiapoque/Amapá. Nesta discussão procura-se contextualizar as ações do Estado em território indígena, a partir da formalização do (SPI) e da (FUNAI), considerando, também os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988 para proteção da identidade e do território indígena.

Ao fala-se sobre os grupos indígenas os conceitos de território e identidade são fundamentais para a compreensão dos modos de vida dos grupos indígenas (identidade) e para referenciá-los e circunscrevê-los nos espaços onde vivem e constroem seus significados (território). Nesse sentido, alguns autores abordam o conceito de território, conforme Haesbaert (2004) território “é um produto histórico de processos socioculturais políticos e identitários, ou seja, a territorialidade tem um papel importante na constituição da diversidade cultural dos grupos indígenas.” Para Leff (2001) “A territorialidade de uma cultura, a espacialidade de uma sociedade, onde se constituem os sujeitos sociais (...) que projetam o espaço geográfico apropriando-se dele, com as suas significações e práticas”

Essa compreensão leva-nos a considerar porque os povos indígenas lutam pela demarcação e proteção de suas terras, pelo direito de preservação de seus ambientes, pela perpetuação de sua cultura, de seus modos de vidas e de seus lugares sagrados. E, ainda, porque esses povos contrapõem-se as atividades que afetam diretamente o seu território e sua identidade. A sobrevivência dos indígenas está intimamente ligada ao direito de permanecer em seus territórios, de forma a garantir condições de uma vida digna e de proteção a sua identidade.

Essa garantia está, historicamente, vinculada a ação do Estado brasileiro. Por isso, segundo Little (2002) para analisar o conceito de identidade territorial de qualquer grupo, precisa-se de uma abordagem histórica que trate

do contexto específico em que ele surgiu e dos contextos em que foi defendido, reafirmando, também, a identidade dos grupos que ali residem.

Neste sentido, pode-se dizer que o primeiro movimento do Estado brasileiro em direção a proteção identitária das populações indígenas e de suas terras surgiram no início do século XX, mais precisamente em 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)². Esse órgão passou a ser responsável pela pacificação dos indígenas no território brasileiro, no sentido de acabar com os conflitos entre índios e brancos, por reconhecer o direito do índio a posse de sua terra tradicionalmente ocupada para que pudesse viver de acordo com os seus costumes e suas tradições e estabelecer o papel e o lugar dos índios em relação à nação brasileira. Segundo Grupioni (1998, p. 34-35), nesse contexto:

Reclamava-se para os índios a equiparação com os outros cidadãos do país, posicionando-se de forma contrária ao instituto da tutela [...] O Estado deveria legalizar as áreas indígenas e subsidiar leigos e notadamente missionários, conquanto que a civilização não se confundisse com a catequese. Via-se na incorporação do índio, um fortalecimento da nacionalidade.

Durante a existência SPI, os membros do exército brasileiro foram os agentes privilegiados para o trato direto com os índios. Desta forma, o marechal Cândido Rondon³ foi escolhido para chefiar este órgão, com a missão de defender a convivência pacífica e amistosa dos funcionários do Estado para com os indígenas. Mas sua missão, além disso, serviria para nacionalizar os índios como forma de expandir a esfera de atuação do Estado, abrir os sertões e transformar os índios em trabalhadores e guardiões da fronteira.

Grupioni (1998) destaca que esse órgão foi a “Primeira agência governamental voltada a estabelecer relações de caráter puramente laico com

² De acordo Garcia (2010), primeiro ocorreu à criação, em 1910, do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) criados, em 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, estava subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), e somente a partir de 1918 passou a ser conhecido por Serviço de Proteção ao Índio (SPI), extinto em 1966.

³ Rondon não teve problemas para exercer o cargo, pois já tinha experiência no trato com povos indígenas durante os trabalhos na Comissão de Linhas Telegráficas. Além disso, suas ideias positivistas sobre os índios coincidiam com os projetos de colonização e povoamento definidos na criação do MAIC (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

os índios, [...] existiu por 57 anos e cumpriu duplo propósito: colocar as populações indígenas e o trabalho de sua proteção sob a égide do Estado, e tornar segura a expansão econômica em áreas onde havia conflito entre índios e frentes de expansão. (p. 36)”.

Lima (apud GRUPIONI, 1998, p. 31) resume que a criação do SPI pode ser vinculada:

(...) às discussões sobre os problemas das fronteiras do Brasil, passando pelo debate em torno das proposições de extermínio dos índios hostis de Von Ihering e pela pressão para que o governo mediasse os conflitos interétnicos por meio de uma agência específica, a qual emergiu na forma do SPILTAN e onde despontaram um conjunto de homens excepcionais, liderados por Cândido Mariano da Silva Rondon (...) Ainda segundo Lima, essa versão ganhou terreno na produção antropológica em face da inexistência de outros estudos sobre a política indigenista brasileira.

A criação desse órgão deve ser entendida, também, no contexto das transformações que estavam ocorrendo na estrutura econômica brasileira, desde de 1870, com o processo de abolição da escravatura e introdução do trabalho assalariado e a separação entre Estado e Igreja Lima (apud GRUPIONI, 1998).

Portanto, a missão de Rondon era transformar os índios em mão-de-obra e inseri-los na economia de mercado. Para tanto, era necessário a atração dos grupos silvícolas arredios e a estratégia utilizada foi a da pacificação, que envolvia um conjunto de técnicas que incluía a educação, o aprendizado da língua portuguesa, o ensino de técnicas empregadas na agricultura e na pecuária e a regularização da situação das TI. (GOMES, 1999). Destacam que:

Os índios eram enquadrados num projeto civilizatório, baseado num paradigma evolucionista subjacente às ideias positivistas dos criadores do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (**SPILTAN**). Para cada tipo de índio, propunha-se uma ação específica em terras apropriadas onde seriam instalados postos indígenas diferenciados. Dependendo do grau de sedentarização dos índios, seriam demarcadas áreas maiores ou menores para o desenvolvimento da produção agrícola. A categorização relacional de índios e terras visava à sua transformação em

trabalhadores nacionais ou pequenos produtores rurais. O índio seria “transitório” e os procedimentos pedagógicos para que isso ocorresse seriam desenvolvidos no âmbito dos postos indígenas, no aprendizado escolar formal nas escolas dos postos ou por meio do ensino prático nas oficinas mecânicas (casa de farinha, engenho de cana, etc.), instaladas nos postos indígenas.

Até os anos de 1930, o SPI teve uma preocupação especial com a guarda da fronteira brasileira, a partir do ano de 1940 passa-se a enfatizar o papel do índio como trabalhador rural. No final do século XX da década de 40 pensa-se a criação do Parque Indígena do Xingu, que reuniria a questão da preservação natural e proteção aos índios, fundamentada na necessidade de se preservar as condições de vida dos diversos grupos indígenas da região do Xingu, incluindo a questão do meio ambiente. Assim, criação do parque demonstra uma preocupação com a preservação da cultura e tradições indígenas, contrapondo-se a ideia da incorporação dos indígenas a sociedade nacional (GARCIA, 2010).

Todas essas ações demonstraram que a criação do SPI significou mudança na relação do Estado para com as populações indígenas, representando uma expansão do controle governamental sobre as populações nativas. A partir da criação deste órgão, vários povos indígenas foram contatados, tendo seus territórios sido interditados ou reservados no sentido de assegurar condições mínimas de sobrevivência aos indígenas.

Por volta de 1957, o SPI entrou num processo de decadência administrativa e ideológica, devido: os problemas decorrentes dos conflitos de interesses com os estados; por não mostrar capacidade de barrar o avanço de não índios nas terras indígenas; por interesses econômicos, em diversos pontos do País. Situação agravada pelas acusações de improbidade administrativa por funcionários do SPI, em relação ao patrimônio indígena, o que acabou por extinguir a instituição.

Com a extinção do SPI, inicia-se outro momento histórico que suscitou a proteção da identidade territorial dos grupos indígenas pelo Estado brasileiro.

Esse momento ocorreu com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁴, em 1967.

Em 1969, a FUNAI começou a ser reorientada pelos militares que tinham assumido o poder em 1964. Os militares passaram a imprimir ao órgão um caráter autoritário, pautado em uma política indigenista voltada para a integração das populações indígenas, como se dava no SPI. Como afirma Vianna (apud RICARDO; RICARDO, 2006, p. 132):

Na prática, tal como o SPI, o respeito à cultura indígena está subordinado à necessidade de integração e o estímulo à mudança (aculturação) como política prevalece. O foco da ação seria o patrimônio indígena, renda manipulada para diversos fins, desde o financiamento de projetos indigenistas a iniciativas administrativas.

Entre as principais competências da FUNAI estava a demarcação das terras indígenas que tradicionalmente vinham sendo ocupadas por eles. Esse órgão tinha o poder de polícia dentro dos limites do território indígena, para evitar conflitos, invasões e ações predatórias que representassem riscos para a vida e a preservação cultural e do patrimônio indígena.

A FUNAI exerce a competência para gerir o patrimônio dos índios e fiscalizar as suas terras, impedindo as ações predatórias de garimpeiros, posseiros, madeireiros e quaisquer outras que ocorressem dentro de seus limites e que representem um risco à vida e à preservação desses povos. Além disso tinha a missão de despertar o interesse da sociedade nacional pelos índios e suas causas; promover a educação básica e estimular estudos e levantamentos sobre grupos indígenas no país.

Contudo, segundo Garcia (2010), era problemática a relação do Estado brasileiro com o índio, chegando a ser autoritária arcaica e tutelista, principalmente no que se referia à questão fundiária, que envolvia a demarcação das terras indígenas e sua posterior administração.

A publicação do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973) foi outra ação do Estado brasileiro com o objetivo de resguardar as populações e as terras

⁴ Pela Lei 5371/67 a FUNAI ficou sob a supervisão do antigo Ministério do Interior até 1990, quando foi transferida para o Ministério da Justiça.

indígenas. O Estatuto passou a regular a situação jurídica das comunidades indígenas, como também formalizou os procedimentos a serem adotados pela FUNAI para proteger e assistir as populações indígenas, especialmente no que diz respeito à definição de suas terras e ao aprimoramento do processo de regularização. O Estatuto aborda questões relativas aos direitos civis e políticos dos indígenas, terras, bens, rendas, educação, cultura, saúde, tutela e as penalidades que atingem os indígenas, a partir de uma perspectiva civilizatória e integracionista.

Essa Lei criada na década de 1970 determinou que as terras pertencentes aos indígenas no Brasil passariam a ter regime especial de administração. O Estatuto do Índio define o caráter legal à existência das terras indígenas, regulamentando a situação jurídica deste grupo em território brasileiro e objetivando a preservação de sua cultura e de sua integração à sociedade civil brasileira.

Este estatuto em seu artigo 23 diz que a posse do índio ou silvícola é a ocupação efetiva das terras. No artigo 17 traz diferentes regimes jurídicos das TI que são divididas em três categorias: as ocupadas ou habitadas (são as TI por excelência em que a demarcação é meramente declaratória do direito)⁵; as reservadas (são aquelas estabelecidas pela União e destinadas a posse e ocupação indígena)⁶ e as terras de domínio das comunidades ou de silvícolas (são as terras adquiridas segundo a lei civil).

A partir da aprovação do Estatuto do Índio pelo Congresso Nacional foi normatizada a demarcação das terras indígenas, contudo, somente em meados da década de 1970 é que foi iniciada uma política de regularização dessas terras, que foram transferidas para a União, ainda, pela Constituição de 1967, tirando aos governos estaduais o poder de intervir na definição e demarcação das terras indígenas, como ocorria com SPI. É nesse processo que, em 1969, por meio, de emenda constitucional, as terras indígenas passam a ser tratadas como inalienáveis, ficando sob a responsabilidade da FUNAI, enquanto tutora assegurar a posse aos índios.

⁵ Estas são, atualmente, as reguladas na Constituição Federal de 1988, no artigo 231.

⁶ Estas podem ser áreas novas que a União destina aos índios e podem ser: Reserva; Parque; Colônia agrícola; Território federal indígena.

A FUNAI e o Estatuto do Índio foram criados num momento histórico em que predominavam, ainda, as antigas e equivocadas ideias evolucionistas sobre a humanidade e seu desenvolvimento por meio de estágios. Uma ideologia fortemente etnocêntrica. Por isso, a Constituição brasileira da época estabelecia a figura jurídica da tutela e considerava os índios como "relativamente incapazes".

Mesmo reconhecendo a diversidade cultural entre as muitas sociedades indígenas, a FUNAI tinha o papel de integrá-las, de maneira harmoniosa, na sociedade nacional. Considerava-se que essas sociedades precisavam "evoluir" rapidamente, até ser integrado na sociedade nacional, o que equivale na prática, a negar a diversidade.

A política indigenista implantada pelo regime autoritário da ditadura militar era extremamente ambígua: por um lado reconhecia a especificidade cultural dos índios, propondo proteger as diferentes culturas indígenas e por outro, objetivava sua integração na sociedade brasileira. Dessa maneira, dava continuidade à arraigada visão evolucionista que sempre norteou as relações com as populações indígenas do Brasil, desde a chegada dos colonizadores europeus ao nosso país. A tutela só reforçou a relação paternalista e intervencionista do Estado para com as sociedades indígenas, mantendo-as submissas e dependentes.

A omissão da FUNAI e a forte ideologia evolucionista e da tutela com relação à execução da política estabelecida pelo Estatuto fez surgir entidades civis e movimentos em defesa do indígena, tais como: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972⁷; as Assembleias de Chefes Indígenas, em 1974 e 1975 e a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), em 1977.

Para Hoffmann e Lima (2002) o papel da FUNAI, como aparelho executor da "política indigenista brasileira", segundo o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) e detentor do monopólio do exercício da tutela e da mediação entre os povos indígenas e "sociedade nacional", gerou um quadro de instabilidade e conflito, acelerado pelo movimento indigenista unificado, nos anos de 1980,

⁷ O CIMI está presente nas Terras Indígenas do Oiapoque, principalmente entre os Karipuna e Galibi- Marworno, desde 1973, através de seus representantes Padre Nello e da Irmã Rebeca.

que diante de novos modelos de política indigenista, fez surgir a partir dos anos de 1990 a defesa de uma proposta de etnodesenvolvimento para os grupos indígenas, envolvendo várias instituições.

Assim, os anos de 1980 e 1990 marcaram, de forma mais efetiva, a participação das populações indígenas na luta pela demarcação e homologação de seus territórios. Brito (2010, 125-126) afirma que:

Para atender a suas necessidades os povos indígenas criaram novos organismos e realizaram encontros para discutir a situação fundiária de suas terras, a exemplo, a criação da União das Nações Indígenas (UNI), em 1980 e o primeiro encontro de líderes indígenas do Brasil, ocorrido em Brasília, em 1982. [...] Ainda neste ano, ocorre pela primeira vez na história do país a eleição de um representante índio para a Câmara Federal, o deputado Xavante Mário Juruna. Na década seguinte intensificam-se as ações em defesa do índio e, também, as demarcações das terras indígenas. Um documento importante neste contexto é a Convenção nº 169 aprovada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1989. Esta convenção trata sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes.⁸

Contudo, foi com a Constituição Federal de 1988 que o Estado brasileiro legalizou o princípio de que os povos indígenas são os primeiros proprietários naturais das terras brasileiras, normatizando a demarcação, homologação, administração e manejo diferenciado, considerando seus referenciais de identidades territoriais. O texto constitucional de 1988 estabeleceu no artigo 231 que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

O objetivo deste artigo têm a finalidade de conter a presença de não índios em território indígena, causadora de conflitos socioambientais, pois os invasores desconsideravam os pressupostos de utilização sustentável ao usarem essas áreas para os mais diversos fins, como: atividade agropecuária, madeireira e de mineração.

⁸ A promulgação desta convenção, no Brasil, ocorreu com a publicação do Decreto no 5.051/2004.

O parágrafo acima determina que as TI constituem o espaço de desenvolvimento de atividades socioculturais e socioeconômicas. No sentido mais simbólico, elas constituem apropriação, “de espaço de referência para a construção de identidades”, pois carregam marcas do vivido e do valor de uso, ligadas ao poder de usufruir materialmente do espaço onde vivem (HAESBAERT, 2004).

É nesse sentido que a identidade é construída no território, relacionada com a forma de ocupação e de apropriação desse território. Inclusive na Constituição Federal, o conceito de TI é definido da seguinte forma:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (Art. 231, § 1º, da CF/88)

Filho e Souza (2009, p. 130) destacam que:

(...) esta ocupação tradicional determina a existência do fenômeno jurídico chamado “terra indígena”. Quer dizer, basta que haja a ocupação tradicional, basta que haja posse permanente dos índios sobre a terra que a terra é indígena, com as consequências jurídicas próprias dentro do sistema (...)

O direito indígena sobre a terra é originários e imprescindíveis, isto é “[...] opera, desde sempre na direção do passado e do futuro” (ARAÚJO, 2006, p. 48). Esse direito independe de seu reconhecimento formal, ou seja, da demarcação física dessas terras. Como afirma Filho e Souza (2009):

[...] o que define a terra indígena é a ocupação, ou posse ou “estar” indígena sobre a terra. No regime atual da constituição, basta que as terras sejam tradicionalmente ocupadas para que sobre elas os povos tenham direitos originários. Isto significa que não há ato constitutivo de terra indígena, ela é se presume que sempre foi [...]

No entanto, a demarcação é ato secundário para a certificação das terras indígenas (...) [que] se definem pela afirmativa, são terras tradicionalmente ocupadas, independente de qualquer ato ou reconhecimento oficial. Filho e Souza (2009, p. 148-149).

(...) sempre que um povo indígena ocupar tradicionalmente determinada área, a União estará obrigada, por força do *caput* do mencionado artigo 231, a promover este reconhecimento, declarando o caráter indígena daquela terra e realizando a demarcação física dos seus limites, com o objetivo de garantir a sua proteção. Souza Filho (1998, p. 48).

Por isso, o direito dos indígenas a terra é: originário, independe de reconhecimento formal, é anterior a própria organização do Estado. Na área do direito isso significa que o ato do Estado demarcar terras indígenas é meramente declaratório e não constitutivo de direitos e imprescritível, seu efeito se faz no tempo, significando que vai do passado para o futuro e não se perde pelo decurso do tempo.

O conceito de TI se desdobra em vários outros parágrafos deste mesmo artigo, conforme abaixo:

- O 2º parágrafo estabelece: “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.”. Entenda-se por posse permanente, a posse dos indígenas é considerada originária, congênita, diferente da posse do direito civil; e que usufruto exclusivo significa que os índios podem usar e retirar da TI os frutos, utilidades e vantagens que ela produz.

- 4º parágrafo aborda que “As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.” Por inalienáveis compreenda-se que elas não podem ser vendidas ou doadas a outros; por indisponíveis que delas não se pode dispor, ou seja, não pode ser vendida, transferida ou legada a outros; e por direitos imprescritíveis que não se perdem com o passar do tempo.

- 5º parágrafo que diz: “É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantindo, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.”. Aqui “salvo em caso de risco” representa que em caso de remoção ela será temporária e

excepcional, no interesse do povo indígena, da sua segurança pessoal e de sua integridade.

Conforme as referências do Artigo 231 da Constituição a Terra Indígena é um lugar utilizado já há muito tempo pelos índios para morar, trabalhar, caçar, pescar e fazer tudo o que é necessário para viver. A Constituição possibilita a capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. Isto é, a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada para seu desenvolvimento.

Ricardo (2006, p.191) afirma que o usufruto dos indígenas sobre suas terras, apontado acima, pode ser analisado como um usufruto diferente daquele disciplinado pelo Código Civil, pois:

É um usufruto que se compatibiliza com o princípio constitucional de promoção dos meios necessários à continuidade étnica do povo indígena. Nesse sentido é fundamental garantir aos povos indígenas os meios necessários para o desenvolvimento de suas atividades produtivas principalmente para continuarem sobrevivendo em suas terras e praticando suas culturas.

O autor comenta, ainda, que a proteção dos recursos ambientais existentes em terras indígenas deve ser resolvida com a elaboração e a execução de políticas públicas, com a viabilização para serem desenvolvidas. Em suma, a Constituição Federal estabelece a proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações como o Princípio da Ética e da Solidariedade entre elas, pois a continuidade da vida das populações indígenas depende da solidariedade da presente geração.

Para Santilli (2004, p. 174-175) as estratégias de conservação ambiental da TI, no texto constitucional, estão articuladas às ações do poder público vinculado às políticas de gestão, manejo e proteção dos recursos naturais como instrumento de ações para políticas públicas em território indígena.

Verdum (apud LIMA; HOFFMANN, 2002, p. 90) considera que se até o início da década de 1980 o Estado brasileiro era todo poderoso na definição e

implementação das políticas relacionadas a terras indígenas⁹ nos últimos anos percebemos certa flexibilização das políticas de desenvolvimento relacionadas aos povos indígenas, principalmente ao longo dos anos 1990, momento em que se percebeu uma transição do modelo centralizado, no qual um único órgão é responsável pelo conjunto da política oficial, no caso a FUNAI, para uma política governamental em que vários órgãos participam da implantação da política indigenista. Nos dias atuais foi preciso o envolvimento de outros setores como a justiça, agricultura, saúde, educação e meio ambiente.

Na década de 1990, o projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) - um dos componentes do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e financiado pelos países do G7, especialmente Alemanha- foi o principal responsável pelo financiamento e viabilização dos estudos e trabalhos de demarcação física das Terras Indígenas da Amazônia Legal. O contrato de financiamento do PPTAL com a FUNAI concretizou-se em meados de 1996. Segundo Santilli (2005, p. 163):

Foram submetidas ao contraditório administrativo, incluídos algumas das terras já demarcadas, mas ainda não registradas, que puderam ser contestadas retroativamente. Cerca de 150 demarcações submetidas às contestações de terceiros (manifestações de 90 dias), período marcado por tensões, críticas à mudanças, ameaça de invasões nas Tis que preocuparam as organizações de apoio a FUNAI, quanto às suas consequências.

No entanto, o autor afirma que, a grande maioria desses processos seguiram seu prosseguimento e avanços significativos no cômputo oficial das demarcações de Terras Indígenas. A gestão do Fernando Henrique Cardoso tornou-se o campeão das demarcações, com o maior número de Decretos Homologatórios e a maior extensão de TI já demarcada por um presidente da República do Brasil.

⁹ Até essa década as ações desenvolvimentistas do indigenismo oficial voltaram-se para a monocultura comercial de arroz e a criação extensiva de gado e o manejo florestal madeireiro.

Assim, o objetivo da demarcação das Terras Indígenas¹⁰ é garantir o direito indígena a terra, sem o qual não há como um grupo sobreviver. A demarcação estabelece a extensão da área de usufruto dos índios, assegurando a proteção dos limites territoriais, impedindo sua ocupação por não índios.

Objetiva, também, resgatar uma dívida histórica que o Estado brasileiro tem para com essas populações, de modo a lhes propiciar condições para sobrevivência física, econômica e cultural, preservando dessa maneira a identidade étnica-cultural e ambiental das áreas ocupadas tradicionalmente pelos povos indígenas. Portanto,

Portanto, a demarcação é de fato, o início da regularização das terras e garante as condições mínimas para a sobrevivência física e cultural das populações, além de proteger um grande patrimônio biológico e de conhecimentos tradicionais. É com base nestes aspectos que os vários povos indígenas têm como principal exigência a delimitação, demarcação e homologação de suas terras. (BRITO, 2010, p. 124)

Por isso, os recursos ambientais devem ser protegidos para que eles possam manter boas condições de vida e de sobrevivência. Assim, a definição de território está atrelada aos aspectos ecológicos, históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, que caracterizam a base material e simbólica da vivência de um determinado grupo. Conforme Brito (2010, p. 122-123)

[...] as populações indígenas, em virtude de sua identidade diferenciada, se atrelam fortemente ao território, isto ocorre em função do importante papel que os recursos naturais e a

¹⁰ O processo de homologação de uma terra indígena baseia-se nos seguintes aspectos: 1. **Estudo de identificação:** um antropólogo e um profissional da área ambiental para estudar a cultura, a história, o jeito de viver e os locais de ocupação de uma comunidade indígena; 2. **Aprovação da FUNAI:** a FUNAI deve aprovar o relatório do estudo de identificação e divulgar as informações em jornais e no Diário Oficial; 3. **Contestações:** até 90 dias depois que as informações são divulgadas, qualquer pessoa, empresa e até prefeituras e governos podem questionar e contestar contra o estudo de identificação; 4. **Declaração dos limites da terra indígena:** o Ministério da Justiça emite uma portaria para ser realizada a demarcação física dos limites da Terra Indígena; 5. **Demarcação física:** feita pela FUNAI em parceria com outros órgãos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por exemplo, é responsável por retirar não índios e recolocá-los em outros locais; 6. **Homologação:** é a promulgação, o ato que confirma a lei de criação da terra indígena, pelo Presidente da República; e 7. **Registro:** a Terra Indígena, depois de demarcada e homologada, é registrada em cartório.

própria terra exercem na reprodução física, econômica, ambiental e cultural destas populações. Portanto o uso destas áreas, por outros que não o indígena, torna-se conflitante.

Para Brito (2010, p. 123) existem os aspectos conflitantes em relação as Terras Indígenas também estão vinculados a ótica legal. Por isso a Constituição Federal estabelece que “[...] os indígenas detêm a posse permanente, cabendo-lhes a utilização exclusiva das riquezas do solo e dos recursos hídricos [portanto] são áreas inalienáveis e indisponíveis.”. Por isso, elas “[...] não podem ser objeto de utilização, seja qual for, por outro que não os próprios índios.” Essas terras são áreas naturais e que, ainda, possuem integridade ecológica, pois não sofreram “grandes modificações nos processos ecológicos, ecossistêmicos e dos componentes bióticos e abióticos”; ou seja, em geral estão sendo preservadas.

Porém, para além da legislação brasileira, é importante lembrar que os grupos indígenas têm construído sua relação histórica com a terra, transformando-a num território impregnado de significações que os levam à resistência cultural, pois as identidades são constituídas num processo de construção de significados. É a terra que os possibilita a vivenciarem seus hábitos, costumes e tradições.

Para Castells (1999, p. 22-25), na luta pela defesa de seus territórios e identidades, os grupos sociais protagonizam uma “[...] resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável”. A experiência de um determinado povo, marcada por relações de poder “[...] que se encontra em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência”, significa demarcar uma “identidade de resistência”.

Uma forma de resistir ao longo dos tempos pode ser verificada quando alguns povos indígenas consideram o território como um lugar sagrado. Assim, o sentimento de pertencimento dos grupos indígenas a uma identidade territorial representa uma luta constante de ser, de estar e de significar no mundo, face aos vetores da modernidade que descaracterizam esses grupos.

Leff (2001) afirma que os processos locais de formas particulares de “habitar” um território têm sido invadidos, transformados e dominados pelos

macroprocessos de modernização. O território, assim, circunscreve o sentimento de pertencimento a um determinado espaço e a efetiva apropriação simbólica, cultural e material dele. Ou como afirma Garzón (2009, p. 29) :

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Considerando esses aspectos, Little (2002, p.3) define a “[...] territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

Portanto, a relação com o território está ligada à construção da identidade dos grupos sociais, pois o território é um elemento preponderante na construção identitária correlata com as práticas sociais, as representações e as significações que dão ao território em que vivem. Ou como afirma Leff (2001, p.283) “a territorialidade de uma cultura, a espacialidade de uma sociedade, onde se constituem os sujeitos sociais [...] projetam o espaço geográfico apropriando-se dele, habitando-o com suas significações e práticas”.

Nesse sentido, Lima e Hoffmann (2002 p.27) afirmam que “é importante considerar que não se pode mais simplesmente propor e executar um planejamento único para todas as sociedades indígenas no Brasil, isto é, uma política de Estado que desconheça em sua formulação as sociodiversidade indígena e brasileira”. Os autores comentam que qualquer que seja o movimento voltadas para as sociedades indígenas,, permite considerar os “processos étnicos” e os “aspectos ecológicos”, para que sejam desenvolvidas em “escala local ou regional”.

Por isso, a proteção dos saberes tradicional possibilitam as práticas de manejo dos recursos naturais e conservação ambiental nas Terras Indígenas da região do Uaçá, que por meio, de projetos socioambientais tem desenvolvidos ações de forma sustentável dos povos Karipuna, que mantém a tradição de seus conhecimentos como processo de identidade étnica.

Conforme preconiza Diegues (2001, p. 21) “A biodiversidade e manejo pelas comunidades tradicionais em que as culturas e saberes tradicionais podem contribuir para a manutenção dos ecossistemas”. Atualmente, observa-se de que a proteção do saber tradicional fortalece as práticas de atividades de pesca, caça coleta e cultivo o que proporciona o uso adequado dos recursos ambientais.

Portanto, território e identidade são conceitos que se aliam a prática e servem, presentemente para a construção de políticas públicas para que grupos indígenas continuem sua trajetória de vida, construindo alternativas que possam minimizar os impactos e os conflitos socioambientais no entorno e no território onde vivem. Construir políticas públicas de proteção e manutenção das terras indígenas significa um grande desafio colocado para e pelos grupos indígenas, considerando-se a construção de conceitos acerca da identidade étnica e território.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA ALDEIA MANGA NA TERRA INDÍGENA UAÇÁ

Neste capítulo aborda-se a contextualização histórico-geográfica das Terras Indígenas do Oiapoque, no Estado do Amapá, destacando a história do grupo indígena Karipuna, pertencente a TI Uaçá, localizando nesse contexto a aldeia Manga.

3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS POVOS INDÍGENAS DA TI UAÇÁ

O município do Oiapoque localizado no estado do Amapá possui, espacialmente, as seguintes Terras Indígenas¹¹, demarcadas e homologadas pelo governo brasileiro:

- a TI Galibi que possui uma área de 6.689 hectares, homologada em novembro de 1982. Nessa TI moram indígenas das etnias Galibi do Oiapoque (também chamada de K'alinã) e Karipuna;

- a TI do Uaçá, com área de 470.164 hectares, homologada em outubro de 1991, habitada pelos Galibi Marworno, Karipuna e Palikur.

- a TI Juminã, com área de 41.601 hectares, homologada em maio de 1992, onde vivem índios das etnias Galibi Marworno e Karipuna.

Consta no Plano de Vida (APIO, 2009) que as Terras Indígenas Galibi, Uaçá e Juminã, todas demarcadas e homologadas, formam uma área contínua de 518.454 hectares. Nestas TI se situam 37 aldeias maiores e algumas localidades menores, somando um total de 51 aldeias (GALLOIS; GRUPIONI, 2003). As TI constituem um lugar de confluência geográfica e de povos provenientes, principalmente do norte do Brasil e das Guianas.

De acordo com o depoimento do Senhor Domingos Santa Rosa, técnico da Administração Executiva Regional da FUNAI/Oiapoque (2009), “nestas terras existem aproximadamente 70% de campos alagados e 30% de terra firme”. Estas TI são banhadas por grandes rios que têm suas nascentes dentro da área indígena no município do Oiapoque, destacando-se os rios

¹¹ Ver site da FUNAI: <http://www.funai.gov.br/terrasindigenas>, acessado em fevereiro de 2012.

Uaçá, Urukauá e Curipi. Lux Vidal (2009, p. 12-13) ao descreve as Terras Indígenas do Oiapoque diz que elas;

Configura uma grande área contínua, cortada a oeste pela própria BR-156, que liga Macapá e Oiapoque. Os grandes rios Uaçá, Urukauá e Curipi que banham a região têm suas nascentes dentro da área indígena, mas são cortados muito próximos às suas cabeceiras, pela própria BR-156. A leste, em direção ao rio Cassiporé e o Oceano Atlântico, a paisagem é tipicamente de savana e campos alagados com numerosas ilhas onde se localizam as aldeias, sítios e roças. A oeste prevalece a floresta de terra firme com árvores de grande porte e muitas palmeiras.

As TI Juminã e Galibi ao norte do estado do Amapá fazem fronteira com a Guiana Francesa e a TI Uaçá (**Figura 1**) ao leste com o Parque Nacional do Cabo Orange.

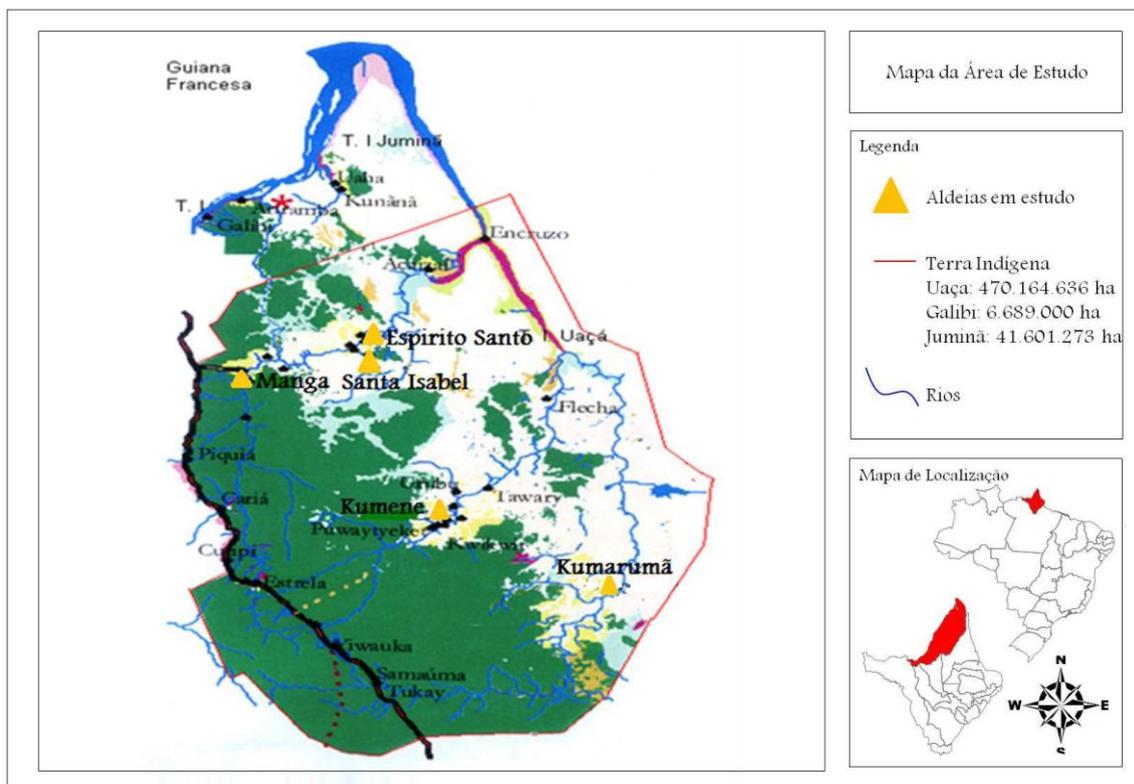


Figura 1 - Mapa Terra Indígena Galibi, Uaçá e Juminã.

Fonte: FUNAI, 2012.

No conjunto das três Terras Indígenas predominam tipos variados de vegetação, florestas de terra firme, várzea, cerrado, mangues e ecossistemas marinhos de água doce (BASTOS; GARCIA, 2009).

A hidrografia da região do Uaçá segue a caracterização das demais TI, demarcada por uma paisagem de campos alagados, entrecortadas por rios, igarapés e lagos, com numerosas ilhas onde se localizam as aldeias, sítios e roças. Conforme Tassinari (2003, p. 66)

O rio Uaçá corre praticamente no sentido Sul-Norte, e desemboca no Oceano Atlântico formando um delta com rio Oiapoque. Tem como afluentes principais, ambos em sua margem esquerda, o rio Curipi, que desemboca no Encruzo, e o Urukauá, mais a leste [...] a bacia do Uaçá fica entre os rios Oiapoque e Cassiporé.

Os povos Karipuna ocupam as terras indígenas do Uaçá, as margens do rio Curipi e ao longo da BR 156, conforme os dados de (FUNASA/CORE-AP/SIASI local, 2010) distribuídos aproximadamente de 1.835 (Hum mil oitocentos e trinta e cinco índios) habitantes dos 04 (quatro) maiores aldeias: Manga, Santa Izabel, Açaizal e Espírito Santo.

Dentro desse mosaico situam-se as TI Uaçá, onde está localizada a aldeia Manga – objeto deste estudo. De acordo com o Censo (FUNAI/Macapá 2011) a TI Uaçá configura-se por ser uma grande área protegida, onde vivem aproximadamente 4.462 índios das etnias Palikur, Galibi Marworno e Karipuna. Atualmente existem 26 aldeias Karipuna espalhadas pelas três Terras Indígenas do Oiapoque, entre elas a aldeia Manga (GALLOIS; 2003).

O terreno da aldeia Manga é constituído em grande parte por terra firme e possui apenas uma parte alagada próxima a margem do rio. No local onde foi construída a aldeia passa o rio Curipi (**Figura 2**) que dá acesso a todas as demais aldeias da TI Uaçá. Em suas proximidades situam-se as aldeias recém-criadas: Paxiúba e Japiim.



Figura 2: Rio Curipi que dá acesso a outras aldeias, na aldeia Manga.

Fonte: Arquivo da Escola Jorge Iaparrá, 2008.

A BR-156, para os Karipuna, é a principal via de acesso ao centro urbano do Oiapoque. A aldeia (**Figura 3**) é a mais próxima da cidade, ligando-se a BR 156 pelo ramal do Manga, com distância de 24 quilômetros.



Figura 3: Aldeia Manga.

Fonte: Arquivo da Escola Jorge Iaparrá, 2008.

3.2 UM POUCO DE HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO UAÇÁ

Os habitantes das Terras Indígenas do Oiapoque - Karipuna, Galibi Marworno, Galibi Kali'na e Palikur - ao longo de alguns séculos compartilham redes de relações históricas, concepções míticas e vivências que valorizam seus conhecimentos e práticas tradicionais, elementos importantes para o fortalecimento do sentimento de pertencimento destes povos ao território onde vivem. Diante dessas experiências de contato fica "(...) mais fácil justificar que existe uma relação entre os povos indígenas e a terra", conforme depoimento do senhor Domingos Santa Rosa, técnico da FUNAI- AER (Administração Executiva Regional)-Oiapoque (2009).

Historicamente desde o século XVI, por meio de relatos de viajantes e missionários, a população indígena do Oiapoque vem formando-se por processos de contatos e interações interétnicas, principalmente os Karipuna, da aldeia Manga. Esse grupo, segundo Fonte e Vidal (apud RICARDO; RICARDO, 2011, p. 337) são "(...) portadores de tradições culturais heterogêneas, histórias de contato e trajetórias diferenciadas, com suas línguas e religiões", resultado de processos de várias migrações, fusões antigas de contato, guerras, alianças e intercassamentos¹².

As primeiras famílias chegaram ao rio Curipi no final do século XIX e já se autodenominavam Karipuna (GALLOIS; GRUPIONI, 2003). Segundo Tassinari (2003, p.16)

O termo Karipuna é usado como autodenominação por essa população e indica uma identidade de "índios misturados", "civilizados" ou "avançados", que é tanto atribuída como assumida pelas famílias Karipuna. A noção de mistura expressa pelas famílias refere-se à sua origem heterogênea, bem como às constantes alianças que estabelecem com indivíduos ou famílias estrangeiras. Os critérios de pertencimento ao grupo dependem da concordância a princípios de solidariedade e de cooperação mútua, englobando, com o tempo, pessoas e famílias que inicialmente eram consideradas "de fora".

¹² Casamento entre etnias diferentes.

Conforme afirma Assis (1981, p. 34), o povo da etnia Karipuna, no município do Oiapoque, possui uma rede de intercâmbio de origem “heterogênea” desde séculos atrás e:

As histórias de contato sobre um passado mais remoto dos povos do Uaçá é vivida a partir de uma história própria de intercâmbios, disputas e fusões, que os diferencia entre si, especialmente etnias do baixo Oiapoque, pertencentes dos troncos linguísticos Karib a Aruak. Desde o século XVI, conheceram os contatos com europeus, com as suas nacionalidades e intenções, franceses, portugueses, holandeses, membros de expedições missionárias, comerciais, armadas e científicas.

Conforme dados das entrevistas a migração das famílias Karipuna para o rio Curipi se deu da seguinte forma: o processo migratório da população Karipuna ocorreu entre séculos XIX e XX, composto por refugiados da guerra da Cabanagem¹³ do estado do Pará; a vinda dos índios Karipuna, principalmente a família Santos veio a partir da década de 70 da aldeia Santa Izabel para povoarem a aldeia Manga, devido à dificuldade econômica, de transporte, de escassez de alimentos como peixes e carne, devida o aumento da população da aldeia Santa Izabel e em decorrência da abertura do ramal da aldeia Manga que liga a BR-156 ao Oiapoque.

Os moradores afirmaram que se estabeleceram na aldeia Manga entre as décadas de 70 e 80. Atualmente alguns indígenas passaram a morar na cidade do Oiapoque por questões de trabalho ou em outras aldeias devido a casamento com pessoas de outra etnia (principalmente com os Galibi Marworno) ou outra aldeia Karipuna.

Essa história de contato dos povos indígenas do norte do Amapá, habitantes das terras indígenas possibilitou um complexo linguístico para as etnias. Na região encontramos os **Palikur** que falam a própria língua (palikur), o patuá (ou crioulo francês) e o português; os **Karipuna** e **Galibi Marworno** falantes de línguas creoulas (kleoul ou patuá), além do português e os **Galibi**

¹³ Segundo Lima (2004) a Cabanagem foi um grande movimento popular, um movimento social homogêneo, genérico e unificado, ou seja, um mundo construído por tensões e conflitos que em seu bojo também construiu solidariedades étnicas e sociais (negros, cativos e livres), mesmo numa província tão heterogênea.

Kali'na que se expressam em patuá e em português; somente os mais velhos falam sua língua própria (GALLOIS; GRUPIONI, 2003).

Conforme relatos de viajantes do século XVII, essas etnias pertencem aos grupos lingüísticos Aruak, Karib e Tupi, grupos que se uniram ao longo dos séculos subsequentes com indígenas foragidos de perseguições. Nesse processo algumas etnias desapareceram, outras se fundiram ou foram incorporadas em grupos maiores. Tassinari (2003, p, 48) afirma que esses “Processos geraram os atuais povos indígenas do Uaçá”. Inclusive, no rio Curipi os Karipuna reconstruíram seu próprio modo de vida, e uma organização social entre famílias, baseados em laços de troca.

A origem da língua patoá (Creoula) e o português entre os Karipuna tem origem na Guiana Francesa, a partir do contato que os povos indígenas mantiveram, historicamente, com os guianeses no momento em que comercializavam, por troca ou venda de produtos para alimentação, artesanato e para atender necessidades diversas. A língua portuguesa teve origem a partir da escola dentro da comunidade e o contato com o branco. A partir do momento em que a escola entrou na aldeia Manga ficou proibido falar o patoá. O português passou a ser a língua falada, que viabiliza uma comunicação imediata entre os Karipuna.

Conforme Bastos e Garcia (2010, 243) a pesar dos processos migratórios, das alianças e fusões, “os indígenas do Oiapoque se auto identificam como distintos entre si, pelas características históricas e culturais diferenciadas. Contudo, possuem muitos traços comuns, tanto em relação ao seu modo de vida quanto ao processo de luta pelo reconhecimento de seus direitos”.

Inclusive, podemos perceber esses traços comuns na forma de organização política dos indígenas do Oiapoque. Desde os anos de 1970 os indígenas veem fortalecendo laços de solidariedade, principalmente em relação à demarcação de suas terras. Conforme Ricardo (1983, p. 9)

Os primeiros passos visando à criação de uma reserva única para os Galibi, Palikur e Karipuna na bacia do Uaçá foram dados ainda no tempo do SPI, sob a direção de José Maria da Gama Malcher. Uma minuta teria sido elaborada na primeira metade dos anos 60 [...]. Somente em 1976, por ocasião da

assembleia indígena realizada em Kumarumã é que a questão começou a ser discutida coletivamente pelas lideranças da área, alertada pela entrada cada vez mais frequentes de invasores nos seus territórios.

Os indígenas tomaram a frente na luta pela demarcação principalmente pela invasão da pesca predatória e da interferência da construção da BR 156, que cortaria o território indígena. Essa preocupação levou os indígenas do Oiapoque a enviarem carta ao presidente da FUNAI, pressionando-o para verificar alguns pontos para a demarcação da área, ainda em 1976.

O processo de demarcação e homologação das Terras Indígenas começou a ser concretizado em 1982 com a definição da TI Galibi, seguida pela TI Uaçá, em 1991, e pela TI Juminã, em 1992. Todo esse processo de demarcação, envolvido pela necessidade dos índios defenderem seu território, promoveu fortes alianças entre as etnias. Os indígenas começaram a realizar constantemente assembleias para exigir seus direitos em relação ao território e para se posicionar frente ao governo do Território Federal do Amapá, além de exigir medidas concretas por parte da FUNAI.

Atualmente há a formalização de várias organizações representativas no Amapá em decorrência desse processo. São elas: Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO), criada em 1992; Associação Galibi- Marworno (AGM), em 2002; Organização dos Professores Indígenas do Oiapoque (OPIMO), em 2005 e Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM), em 2006. Ao lado dessas organizações existe a figura do cacique em cada aldeia, representante frente às instâncias de decisões internas e externas no que diz respeito aos povos indígenas da região (BASTOS; GARCIA, 2011).

A organização política contribuiu para a incorporação dos indígenas no quadro do funcionalismo público como: agente de saneamento indígena, professor, diretor de escola, agente de saúde e funcionários da FUNAI. Isso pode ser visualizado pela inserção de indígenas em vários órgãos governamentais que lidam com a questão no Oiapoque, a saber: FUNAI; SEMAI (Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas do Oiapoque); SEPI (Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Governo do Estado do Amapá); NEI (Núcleo de Educação Indígena), ligado a Secretaria Estadual de Educação; UNIFAP (Universidade Federal do Amapá), que oferece um curso

de Licenciatura Intercultural Indígena; FUNASA (Fundação Nacional de Saúde); CASAI (Casa de Saúde Indígena) e Museu Kuahí, localizado no Oiapoque e vinculado a Secretaria de Cultura do Estado do Amapá. Há também o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), entidade não governamental que está na área desde os anos de 1970.

Localizando, especificamente, a aldeia Manga nesse processo, pode-se dizer que ela surgiu na década de 1970, no momento em que as lideranças indígenas decidiram ocupar o território, devido às ameaças de invasão por pescadores, caçadores, garimpeiros e madeireiros - atividades facilitadas pela abertura da BR 156.

A aldeia Manga surge num momento em que as lideranças começaram a se prevenir das ameaças construindo aldeias Karipuna ao longo da estrada (BR 156)¹⁴ e nas áreas de acesso aos rios, no caso a aldeia Manga. Conforme Tassinari (2003) trata-se da maior e mais populosa aldeia Karipuna e a sua história exemplifica a mobilidade das famílias Karipuna, já que a aldeia se formou desde a década de 1970.

Segundo relatos dos alunos do Curso de Licenciatura Intercultural¹⁵, o fundador da aldeia Manga foi o senhor Florêncio, que se deslocou da aldeia Santa Isabel até o local da atual aldeia, para fazer roça. Aos poucos outras pessoas passaram a ter roça no local e foram construindo pequenos casebres, chamado carbê (**Figura 4**) para instalar suas famílias. Conforme Ricardo (1983, p. 66) “as famílias Fortes e Santos são os principais troncos formadores dos atuais Karipuna”.

Depois de instalados no local que iniciou a aldeia Manga, os moradores abriram um ramal para ligar a aldeia a BR 156, caminho que os levaria ao centro da cidade de Oiapoque. Por esse ramal passaram a comercializar seus produtos (farinha e frutas) e comprar objetos e alimentação na cidade.

¹⁴ Atualmente existem três aldeias Karipuna, ao longo da BR 156: Piquiá (Km 40); Aldeia Curipi (Km 50); e a aldeia Estrela (Km 70), no sentido Oiapoque-Calçoene.

¹⁵ Informações colhidas durante as aulas na área de conhecimento Linguagens e Códigos/Arte.



Figura 4: Casa de Madeira e cavaco, moradia antiga na aldeia Manga.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Antes da abertura do ramal usavam como rota o oceano atlântico ou os campos alagados, mas era um percurso demorado. Com a abertura do ramal ocorreu à migração de famílias da aldeia Santa Izabel e Espírito Santo para a aldeia Manga, por isso os habitantes da aldeia Manga estabelecem contato social, comercial e religioso, principalmente com essas aldeias.

A aldeia Manga, desde a década de 1970, possui escola **(Figura 5)**. A educação escolar era de responsabilidade da FUNAI que aos pouco passou para “responsabilidade do Governo do Território oficializada, no final de 1970, por meio, de convênios”. A secretaria de Educação do Amapá passou a ter autonomia de decisão na direção dos programas e o funcionamento das escolas nas aldeias, não reconhecendo suas especificidades e diferenças de sua identidade étnica. Hoje existe residência dos professores e duas Escolas: Escola Estadual Indígena Jorge Iaparrá e Escola Municipal Jorge Iaparrá.



Figura 5: Escola Municipal Jorge Iaparrá, na aldeia Manga.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Além das escolas tem: Posto de Saúde para atendimento de enfermagem e vacinação); Casa de Festa para lazer e encontros dos indígenas Karipuna e Posto de Fiscalização, na entrada do ramal da aldeia Manga, para controle do fluxo de entrada e saída de moradores de outras aldeias.

Atualmente, está em construção a Casa de Reunião dos Povos Indígenas, próxima do Posto de Fiscalização no Ramal da aldeia Manga que acessa a BR 156. Os recursos para a construção faz parte da Emenda Parlamentar, deliberada pela Deputada Federal Dalva Figueiredo.

Essa infraestrutura possibilita que os moradores da aldeia Manga mantenham a ocupação de seu território, promovendo redes de contato que atravessam fronteiras. Existe um crescente contato dos indígenas com a cidade do Oiapoque (BR) e Saint Georges (FR), o que tem proporcionado aumento de troca e consumo, principalmente de produtos agrícolas e artesanais. Principalmente os indígenas realizam a comercialização dos produtos dentro das aldeias entre os próprios índios.

3.3 DESCRIÇÃO DO MODO DE VIDA DOS HABITANTES DA ALDEIA MANGA

Algumas referências como Vidal e Giannini (2005); Gallois e Grupioni (2003) e Assis (1981), tratam da aldeia Manga, mas apenas ao referirem-se a respeito da TI Uaçá como um todo. Desta forma, faremos uma breve descrição do modo de vida tradicional compartilhado pelos moradores da aldeia Manga em relação com as demais aldeias da região do Uaçá.

Os costumes, os hábitos e as tradições referem-se, principalmente, com relação à forma de viver e de sobreviver, a partir de atividades como a pesca, a caça, a plantação e o cultivo, mas, também, a partir de sua cosmovisão e sua religiosidade. Elementos importantes para demarcar o vínculo de pertencimento ao território dos indígenas da aldeia Manga. Esses elementos colocam a aldeia na categoria de população tradicional, pois

A Lei diz que uma população tradicional é aquela que: Possui formas diferentes dos demais brasileiros de viver; Tem identidade diferente: Usa conhecimentos tradicionais dos antepassados para viver; Mora em terras onde seus antepassados já moravam; Utiliza recursos naturais da região onde vive para continuar com sua cultura, organização social, religião e para garantir sustento dos filhos. (PEREIRA, 2008, p. 35).

No contexto sociocultural os grupos humanos diferenciados no aspecto cultural fundamentam uma identidade étnica e histórica da relação do índio com a terra. Nesse sentido, Diegues (2001, p. 34) aponta exemplos empíricos de populações tradicionais “comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas”. O autor menciona que, as tais definições, a rigor, são direcionadas as culturas e sociedades que têm uma “tradição”, com uma dinâmica sociocultural em constante transformação.

No contexto sociopolítico em que tais populações estão inseridas, segundo Diegues (2001, p. 34-35) esse processo legitima “uma identidade diferenciada e fundamentada, no plano das relações com o Estado, à reivindicação por direitos territoriais e culturais específicos”. Esta legitimidade de tradição étnica dimensiona um autêntico direito a diferença cultural.

É esse aspecto que configura o modo de ser e de viver dos moradores do Manga, pois eles, ainda, mantêm práticas de cooperação familiar e uso de conhecimentos tradicionais no manejo dos recursos naturais. O modo como praticam a agricultura familiar demarcam sua relação com a natureza. A agricultura familiar é uma atividade desenvolvida na aldeia em forma de “mutirão”. No preparo das roças (**Figura 6**) para o cultivo existe a cooperação familiar mútua para a execução da produção de farinha.



Figura 6: Plantação de roça, na aldeia Manga.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.

Sobre o trabalho em mutirão, Acevedo e Castro (1998, p. 381) acrescentam que “O trabalho em grupo é uma forma de racionalizar as forças produtivas e maximizar os resultados e os limites impostos pela natureza [e] Praticamente, todos os membros da família envolvem-se nas diferentes tarefas que garantam a produção”. Conforme afirma, as autoras a agricultura familiar (**Figura 7**) é ainda uma prática tradicional desenvolvida pelos povos indígenas, principalmente a produção de farinha.



Figura 7: Produção de Farinha, na aldeia Manga.

Fonte: Arquivo Cecília Bastos, 2009.

A agricultura faz parte do ecossistema agrícola indígena dos Povos do Oiapoque e é uma característica de bem coletivo, de uso comum da comunidade e da família. Essa característica pode ser representada pelas variedades de produtos que os moradores da aldeia Manga coletam da natureza: batata, milho, banana, abacaxi, laranja, cupuaçu. Ou fabricam a partir de um produto como é o caso dos derivados da mandioca: farinha, goma de tapioca, tucupi. Segundo Veiga (TRIGUEIRO et al. 2008, p. 207):

Na Amazônia já estão em plena produção diversos sistemas desse tipo, manejados por comunidades ribeirinhas, caboclas ou indígenas, em geral para subsistência. E a agricultura tradicional das populações amazônicas é outro trunfo fundamental de que o Brasil dispõe para os desafios do século 21. Principalmente por sua importância na conservação dos recursos genéticos de espécies olerícolas, frutíferas, florestais, medicinais e, mais uma vez, energéticas.

Ao lado da agricultura familiar, a comunidade desenvolve atividades de subsistência como a pesca e a caça (**Figura 8**), considerando o planejamento

de um calendário ecológico diferenciado¹⁶, que respeita o ciclo de vida das espécies, preservando vegetais e animais, de forma a evitar a extinção.



Figura 8: Produtos da Pesca, na aldeia Manga.

Fonte: Plano de Vida, 2009.

Nesse calendário pode ser perceber que o rio e o ciclo de águas tem uma importância fundamental na vida dos indígenas, sobressaindo o fato de terem tecido contínuos laços de cumplicidade com a natureza e a manutenção de fortes traços culturais associados à preservação do ambiente onde residem. O calendário, portanto, acompanha o movimento das águas que enchem ou secam, de acordo com a sazonalidade e com os tempos da natureza. Por exemplo: o tempo do trabalho na roça; o tempo das atividades de pesca (**Figura 9**) e da caça e, assim por diante.

¹⁶ Ver no 3º capítulo.



Figura 9: Atividades de Pesca, no rio Curipi.

Fonte: Arquivo Cecília Bastos, 2009.

No calendário, o tempo social e individual é regulado pelo tempo da natureza que define o tempo de pescar, de caçar, de coletar e de trabalhar na roça. Os indígenas, ao longo dos tempos, perceberam com sabedoria como realizar as atividades produtivas sem prejudicar a natureza.

Essas experiências, historicamente, ajudaram a proteger e a conservar seu território e, também, a marcar um processo de construção social e de diferenciação em face de outros grupos.

Considerando a cosmologia indígena presente na vida dos habitantes da aldeia Manga, pode-se dizer que há na tradição do povo Karipuna a transmissão, de geração a geração, dos elementos ritualísticos e cosmológicos que consolidaram o sentimento religioso presente entre os moradores do Manga.

No que diz respeito à cosmologia Karipuna destaca-se a Festa do Turé. O Turé é um desses elementos, pois se caracteriza como um ritual tradicional realizado no mês de outubro de cada ano, na época de plantio e derrubada de roças. O ritual apresenta um enfoque de identidade cultural interpretada, numa dimensão social, antropológica e histórica, como o momento da relação entre o

índio e a terra, presentes na simbologia dos objetos e nos significados míticos, incluindo a língua como meio de comunicação da cultura.

Esse ritual possibilita contatos entre os indígenas da região do Uaçá e constitui o sistema social, mítico-religioso e artístico do grupo, associado ao cosmológico. A arte gráfica e a linguagem na interpretação dos significados simbólicos são expressões culturais que evidenciam os sistemas representacionais e expressam os significados explícitos dos signos plásticos das artes indígenas.

A visualidade gráfica no cerimonial ritualístico da festa do Turé é representada por meio do universo simbólico de seres sobrenaturais, chamados “Karuãna” que transcende as relações entre humanos e admite diversos “seres” e forças da natureza, com os quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir e assegurar determinadas qualidades, de uma tradição milenar e épocas e identidades étnicas diferentes.

Para Tassinari (2003, p. 255) “os Turés são considerados pelas famílias do rio Curipi como ocasiões de dançar, beber e cantar junto com os seres sobrenaturais chamados de Karuãna, como retribuição as curas de doenças pelo Pajé”.

O Turé é caracterizado pelas “práticas xamânicas”, representado pela figura do Pajé, estabelecem contatos com “outro mundo invisível”, assegurando o agradecimento pelas curas alcançadas e a conservação da tradição ancestral. Essa prática é compartilhada por todos os Karipuna da região do Uaçá.

Assim, o ritual d preserva a forte memória das relações de uma construção histórica e cultural. Conforme afirma Vidal (2009, p.27)

Na cosmologia dos povos indígenas do Oiapoque, há dois domínios de morada de seres diversos: Este Mundo, onde estão todos os seres visíveis e, Outro Mundo, lugar das pessoas invisíveis e localizadas sob os rios, lagos, mares, montanhas ou no firmamento (...) chamadas de Karuãna, possuem forma exterior de animais e plantas e são vistas como gente apenas pelos pajés.

Vidal afirma, ainda, que o cosmo indígena intermédia às relações entre estes diferentes “mundos” é o Pajé (**Figura 10**), em que os “Karuãna são

espíritos encantados” envolvendo todo universo sociocultural, onde os índios da região do Uaçá, mantêm a valorização de seus conhecimentos tradicionais e a sua diversidade cultural.

Vidal (1998, p. 87) evidencia que:

Nos cerimoniais e especialmente durante o Turé, esses Karuãna ou espíritos são chamados por meio de contos, pelo xamã ou pajé para vir dançar e cantar no meio do laku ou terreiro, espaço sagrado delimitado por estacas ou bancos esculpidos e no meio do qual se ergue o mastro do Turé.



Figura 10: Ritual do Turé – Pajé da Aldeia Santa Izabel.

Fonte: Arquivo de Hilma Duarte, Out/2007.

Quanto à religiosidade podemos dizer que existe a reciprocidade, base da religiosidade do grupo nas suas relações com os santos católicos e com os seres sobrenaturais ou Karuãna, são autoridades auxiliares do Xamã ou pajé, nas sessões de curas. A festa católica principal é a do Divino Espírito Santo, realizada em maio, na aldeia de mesmo nome. Também é importante mencionar a existência de fiéis da religião protestante dentro da aldeia Manga

3.4 NOVAS DINÂMICAS VIVENCIADAS PELA ALDEIA MANGA

Atualmente novas dinâmicas são visualizadas no território da aldeia Manga. Essas dinâmicas colocam em campo vários processos que tem evocado várias discussões sobre a garantia do território e da identidade dos

habitantes da aldeia. A pavimentação da BR-156, que liga Macapá ao Oiapoque; a linha de transmissão da Eletronorte no trecho dos municípios de Calçoene e Oiapoque; e a Ponte Binacional, ligando o Brasil à Guiana Francesa fazem parte dessas novas dinâmicas no território indígena.

Com relação à pavimentação da BR 156 e a passagem da linha de transmissão à preocupação é com os impactos na aldeia, provocado pelo crescimento populacional acelerado na região e possibilidade de invasão das terras indígenas pela população desocupada. Segundo Fonte (2006, p. 401)

As grandes preocupações dos índios, conforme discutido durante o trabalho de pesquisa realizado para o relatório EIA/ Rima, dizem respeito às áreas de acesso e desmatamento para a implantação de torres e instalação de cabos, aos riscos de acidentes, ao aumento da presença de não índios na região, à pressão e invasões sobre a TI e à saúde dos índios.

Passagem da linha de transmissão da Eletronorte e asfaltamento da BR 156 são projetos de desenvolvimento de interesse do Estado que atravessam as terras indígenas do Oiapoque.

Com a pavimentação da BR-156 (sentido Calçoene-Oiapoque) um grande tráfego de carros poderá saturar o ambiente em que vivem. Além desse impacto direto sobre suas terras, essas mudanças atingirão a região do Oiapoque como um todo, aumentando a população urbana e rural no entorno da TI Uaçá.

Considerando a localização das aldeias na BR-156, dos povos indígenas do Oiapoque, Fonte (apud RICARDO; RICARDO, 2006, p. 399) afirma:

Nos anos de 1980, os povos indígenas do Oiapoque – Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi – Kaliña – foram fortemente pressionados pelo governo do Estado do Amapá, quando se opuseram ao traçado da rodovia BR-156, que liga Macapá a Oiapoque. Os índios previam, já nessa época, inúmeros prejuízos ambientais para a reserva, visto que a estrada viria a cortá-la em um trecho de floresta tensa, muito rica em recursos naturais e próxima às cabeceiras dos três principais rios da região – o Uaçá, o Urucauí e o Curipi, além de inúmeros igarapés formadores destes rios.

O autor comenta que os povos indígenas do Oiapoque temiam que a construção da rodovia viesse impactar o ambiente com a poluição das águas e o assoreamento dos igarapés.

Por isso, atualmente, os indígenas que têm o usufruto exclusivo das terras exigem direito a compensações e mitigações pela possível perda ou restrição do uso nos trechos por onde passa a BR 156 e a linha de transmissão. Como medidas mitigadoras os indígenas reivindicam que os projetos sejam desenvolvidos com o mínimo de dano para as comunidades e para a natureza e como medidas compensatórias exigem indenização em relação aos impactos ambientais e sociais que possam advir com esses projetos.

Quanto à passagem da linha de transmissão as negociações estão sendo feitas com a exigência de medidas mitigadoras e compensatórias em longo prazo, tais como a criação de um Fundo de Desenvolvimento dos Povos Indígenas do Oiapoque (FDPIO).

As medidas de médio e curto prazo para impactos ambientais e socioeconômicos são exigidas tendo como base o documento Estudos Etnoecológicos nas TI Uaçá, Galibi e Juminã que aponta quatro subprogramas a serem cumprido:

- 1) segurança e proteção territorial;
- 2) fortalecimento institucional;
- 3) desenvolvimento sustentável;
- 4) energia 24 horas nas aldeias.

As discussões sobre o asfaltamento da BR-156 estão sendo feitas de forma atropelada, sem respeitar os passos necessários para a efetivação do empreendimento, desrespeitando os direitos indígenas quanto ao seu território. Assim, os indígenas têm se mobilizado e buscado apoio da FUNAI do Ministério Público para mediar a questão de propostas de mitigações e compensações para asfaltamento da BR 156 que cruza a Terra Indígena Uaçá.

Os povos indígenas do Oiapoque vêm procurando utilizar seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais de forma que isso não comprometa a sustentabilidade ambiental de suas comunidades. Assim, é importante para assegurar a proteção dos limites dessas terras e para a sobrevivência física e cultural. Pois a garantia do direito a terra assegura a subsistência e o espaço para desenvolvimento das suas tradições indígenas.

Fonte e Vidal (apud RICARDO; RICARDO, 2011, p. 338) afirmam que:

Para diminuir os impactos dessas transformações na região, há tempos. Os povos e organizações indígenas do Oiapoque vêm buscando apoio de um conjunto de instituições parceiras para a execução de organizações governamentais e não governamentais alguns projetos de desenvolvimento e de fortalecimento de sua capacidade de ação e gestão. O Plano de Vida descreve e organiza os anseios de futuro dos Povos Indígenas do Oiapoque e indica como se espera que aqueles sejam alcançados. Seu objetivo maior é garantir uma boa qualidade de vida, tanto no âmbito social quanto ambiental.

Há preocupação, também, com a construção da ponte binacional Brasil e França (**Figura 11**). O processo de contato dos povos indígenas do Oiapoque que envolvem as relações entre Amapá e Guiana Francesa demonstra uma dinâmica de redes de intercâmbio, onde a fronteira torna-se uma ligação invisível no que tange ocupação de território.



Figura 11: Ponte Binacional sob o rio Oiapoque.

Fonte: arquivo Pessoal, 2011.

Porto e Nascimento (2010) abordam no livro “Interações Fronteiriças no Platô das Guianas” que nas comemorações do “Ano do Brasil na França” em (2005).

(...) estiveram presentes na França o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador do Estado do Amapá, Waldez Góes, com objetivo também de dinamizar os acordos de cooperação transfronteiriço. Naquele evento foi fechado o acordo de construção da ponte Binacional.

O autor confirma, ainda, que no ano de 2008 no início de fevereiro foi feita revisão do Acordo-Quadro de cooperação, após visita dos presidentes Nicolas Sarkozy e Lula às cidades de Oiapoque e Saint Georges.

As redes de intercâmbio e a articulação com a fronteira dos povos indígenas do Oiapoque de acordo, com Grupioni (apud RICARDO; RICARDO, 2011, p. 334) fazem parte da “recente aproximação política do Brasil com a França resultou na construção da primeira ponte Binacional a ligar os países da região, mas sem perspectivas de aproximação comercial regional. A única atividade econômica de união da região é o garimpo”¹⁷.

Contudo, é importante ressaltar que as interações espaciais de aproximação de fronteira têm sido uma prática dos povos indígenas do Oiapoque que, historicamente, vem promovendo relações de interesses políticos, econômicos, sociais e uma via de comunicação de entrada e saída para a Europa por meio da Guiana Francesa.

¹⁷ Grupioni afirma que a atividade do garimpo vem crescendo a cada ano e envolvem os povos indígenas que vivem na parte oriental do Planalto das Guianas e que engloba a calha norte do rio Amazonas: os estados do Amapá, Pará, Roraima e Amazonas e, também, a Guiana Francesa, Suriname, parte da Venezuela e Colômbia.

4 POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS PARA OS POVOS INDÍGENAS KARIPUNA DA ALDEIA MANGA

Neste terceiro capítulo abordaremos as políticas públicas voltadas para os povos indígenas do Oiapoque quanto às propostas de proteção do território e das práticas tradicionais no uso e manejo¹⁸ dos recursos ambientais, destacando os projetos socioeconômicos e ambientais traçados como políticas públicas que tiveram como objetivo a reafirmação da identidade indígena e como forma de proteger e conservar o território da aldeia Manga, na Terra Indígena Uaçá.

Neste sentido, dois projetos, fruto das reivindicações dos Povos Indígenas do Oiapoque, que se encontra em execução serão avaliados: o Plano de Vida (APIO, 2009) e o Projeto Etnoconservação de Quelônios pelos povos Indígenas do Oiapoque (NORONHA; SILVEIRA, 2009). Esses projetos evidenciam a afirmação das práticas e saberes tradicional e forma de manejo dos recursos naturais dos indígenas Karipuna, habitantes da aldeia Manga.

4.1 PRÁTICAS E SABERES DOS INDÍGENAS KARIPUNA NO MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

A conservação da biodiversidade em Terras Indígenas tem uma importância fundamental para a proteção das populações tradicionais, pois de acordo com a cultura e seus costumes eles mantêm o equilíbrio com a natureza. Segundo Diegues (2001, p. 27),

As culturas e saberes tradicionais podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Em numerosas situações, na verdade, esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu um equilíbrio entre ambos.

O autor afirma que o modelo de uso dos recursos naturais de baixa intensidade, desenvolvidos pelas populações extrativistas e indígenas, frequentemente resulta em erosão genética de mínimas proporções e em um

¹⁸ Para analisar os processos de manejo e as possíveis tensões nas atividades de subsistência para a conservação do ambiente natural, nestes espaços, foi realizado um estudo com a etnia Karipuna que habita a aldeia Manga, localizada à margem do rio Curipi, no município do Oiapoque/AP, no período de 2007 a 2011.

máximo de conservação. Por isso é interessante destacar como tradicionalmente a comunidade Karipuna vem desenvolvendo suas atividades socioeconômicas em consonância com sua cultura que possibilitou ao grupo uma identidade territorial diferenciada.

Conforme os entrevistados o conhecimento tradicional para a comunidade da aldeia Manga é muito importante para a preservação das espécies como o Pirarucu, tracajá, jacaré e, também, do meio ambiente para conservar o reflorestamento dos “capoeirões”, para que haja sobrevivência para as gerações futuras. E conhecimento científico da comunidade, se dá por meio, dos profissionais como os AAI - agentes ambientais indígenas os agentes de saúde, promovendo a educação ambiental na escola e na comunidade.

Num primeiro momento é importante fazer uma breve descrição das atividades socioeconômicas realizadas pelos índios Karipuna. As atividades socioeconômicas da região do Uaçá caracterizam-se em função das duas estações: no inverno, que ocorre entre os meses de dezembro e junho e o verão entre os meses de julho e novembro.

Na época do inverno, ocorre o aparecimento de “campos alagados, entremeados por pequenas elevações cobertas por florestas de terra firme”. A vegetação é formada ao longo dos rios de várzeas ou terras firmes. Nos baixos cursos há formação de mangues e de florestas de várzea, com grandes extensões de campos alagados. As cabeceiras do rio Curipi, os campos alagados dão lugar a uma vegetação de terra firme, “os tesos”, onde são construídas as aldeias ou abertas às roças. A paisagem conhecida por “savana” é povoada por garças, jaburus, maguaris, marrecos, patos selvagens e socós (TASSINARI, 2003).

Dentre as atividades socioeconômicas três merecem destaque, pois aliam a conservação da biodiversidade em Terras Indígenas e a proteção da cultura e dos costumes indígenas, mantendo o equilíbrio com a natureza. São elas:

1. As roças: a partir do aparecimento das primeiras chuvas, em outubro e novembro, as roças estão prontas para o plantio. A plantação da

mandioca para a produção de farinha se destaca como principal produto econômico em toda a região do Oiapoque. As famílias do Uaçá desenvolvem a agricultura familiar baseada no “mutirão de roçado”, que ocorrem no período de estiagem (agosto e setembro). Nesse período os indígenas do Uaçá trabalham na abertura de novas roças; nas queimadas das roças (em outubro); na plantação das roças (em novembro). Desta forma, após as primeiras chuvas, as roças estão preparadas para os plantios realizados em mutirões.

Segundo Tassinari (2003, p. 237) na aldeia Manga, “a colheita da mandioca é feita em mutirão, há divisão de tarefas que não ocorre quando as famílias trabalham sozinhas: as mulheres descascam a mandioca e os homens se ocupam em ralar”. Nesse sentido, a divisão de tarefas no mutirão das roças, envolve a participação e a cooperação de outras famílias quando “precisam levantar recursos” para preparar as festas. A festa Turé é a principal manifestação mítica religiosa do povo Karipuna, do município do Oiapoque.

2. A pesca: no período do verão (seca) a pesca é abundante nos rios da bacia do Uaçá, principalmente nos rios Uaçá e Curipi. A pesca é realizada com o anzol e linha, zagaia ou arco e flecha. Durante o verão são encontrados diversos tipos nobres de peixes como: tucunarés, acarás, pirarucus, piramutabas, trairões. Durante a seca são encontrados, nos campos secos ninhos de ovos de tracajá, jacaré-açu, jacará-tinga e camaleoa. Em geral esses animais fogem da queima do “junco seco dos campos”, técnica de caça usada pelos povos indígenas.

A pesca de jacarés e tracajás é constante, obedecendo aos ciclos da piracema (reprodução dos peixes) como o tucunaré que ocorre em (janeiro) e a desova dos ovos de tracajá e camaleão (setembro), período de preservação dos ovos. O procedimento de preservação das espécies ocorre no período da “piracema”, que acontece no mês de janeiro.

3. A caça: O povo Karipuna mantém a sobrevivência da família e da comunidade indígena, também, por meio da caça, fonte de subsistência relacionada à produção de alimentos. Desde muito tempo, os Karipuna possuem um estoque de fauna nativa que os tem possibilitado resgatar e conservar as espécies tradicionais de forma sustentável. Ricardo (1983, p.72) informa que os Karipuna, tradicionalmente, utilizam “a carne de cutia, macacos,

pacas, veados, porco do mato, aves e patos [caçada] na região de floresta do alto Curipi, zona de reserva faunística”. Segundo o calendário diferenciado dos Karipuna, a caça, também obedece ao ciclo de reprodução e preservação das espécies.

Há proibição da venda de produtos de caça, pesca e coleta. A preocupação é evitar o desmatamento, a caça e a pesca predatória. Atividades que podem colocar em risco os ecossistemas e a sobrevivência das atuais e futuras gerações dos povos indígenas da região do Uaçá. Segundo Diegues (2001) sob o ponto de vista político constatou-se que sem o apoio das comunidades tradicionais grande parte das ações conservacionistas e preservacionistas tem efeito oposto a real conservação dos habitats e dos recursos naturais.

Como suporte para conhecimento das atividades socioeconômicas do grupo indígena do Uaçá foi realizada pesquisa sobre o Calendário Diferenciado¹⁹, com a etnia Karipuna do rio Curipi, de acordo, com os seus estudos de pesquisa intercultural de conhecimentos indígenas.

Esse calendário (**Figura 12**) foi feito conforme o planejamento das atividades de manejo das espécies, respeitando os ciclos de vida e os recursos naturais, dentro da comunidade, a partir de suas próprias experiências. O calendário diferenciado pode ser caracterizado a partir das observações de Cabalzar (2010, p.13) quando afirma que:

O Manejo do Mundo é assunto abrangente. Inclui experiências cotidianas e rituais das comunidades ao longo do ciclo anual, no manejo apropriado dos peixes, animais da terra, aves, insetos, das atividades da agricultura, pesca, caça e coleta, das doenças de cada tempo. Compreende diversos procedimentos cerimoniais e cotidianos, em diferentes aspectos: o calendário astronômico (passagem das constelações) classificações de diversidade, observação dos ciclos de vida, da fenologia das plantas, práticas de uso de lugares.

¹⁹ Essa atividade foi mediada pelos alunos de graduação do Curso Intercultural Indígena, na área de Linguagem Códigos/Artes durante atividades de pesquisa em 18 de fevereiro de 2011, no Campus Norte do Oiapoque.

Na imagem abaixo se observa os seguintes meses do ciclo anual e ecológico, considerando o início das aulas nas escolas das aldeias da etnia Karipuna.

Calendário Diferenciado de Atividades dos Recursos Naturais Karipuna

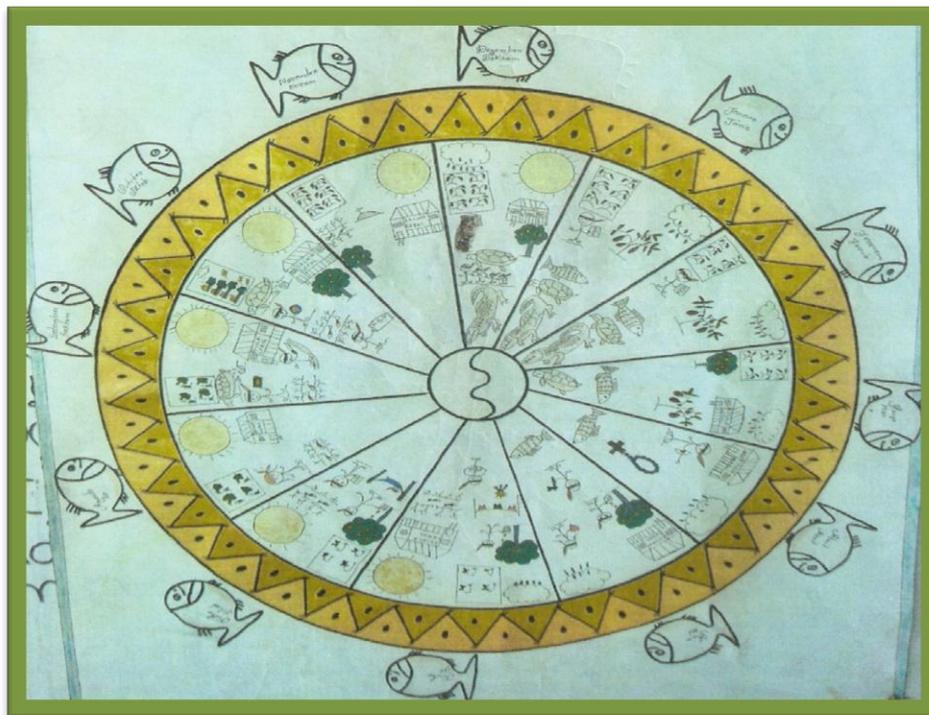


Figura 12: Desenho da acadêmica Andréia dos Santos da etnia Karipuna, fev. 2011.

Esse calendário refere-se ao ano de 2011 e prevê todas as atividades, que vão desde a comemoração das datas importantes para a escola como os períodos de extrativismo animal e vegetal, preparação, plantação e colheita das roças e pesca. A Descrição do Calendário Karipuna se apresenta da seguinte forma:

Mês: **Janeiro/ Jãvie** –Início do inverno –Período da Piracema –(Sezô dji puasô-ielo);

Mês: **Fevereiro/ Sevuie** – Início das aulas –(Kumasmã dji lekol);

Mês: **Março/Mas** – Época das frutas – (Sezô fui-iel);

Mês: **Abril/ Avuil** – Dia do Índio – (19 dji avuil ju dji ed jê);

Mês: **Mai/ Me** – Período da colheita/Açaí – (Sezô ki mora txihe fui-iel/uasei);

Mês: **Junho/ Jê** – Período do verão –(Sezô solei ka make botã); “época que os peixes sai do campo para o rio”.

Mês: **Julho/ Juliet** – Período de férias – (Sezô dji avakãs); saída para a roça – (ale la batxi);

Mês: **Agosto/Ut** – Época de roçagem – (Sezô dji sabhue batxi);

Mês: **Setembro/ Sektam** – Época de desova dos tracajás –(Sezô ki m opa puve txiche djize);

Mês: **Outubro/ Oktob** – Época de derrubada das roças –“mutirão”- (Sezô dji kupe batxi);

Mês: **Novembro/Novam** – Queimada das roças – (Sezô bule batxi); e da Festa de Nossa Senhora de Santa Isabel- (Fet dji lasênviez dji Santa Isabel);

Mês: **Dezembro/Deksam** – Período das plantações das roças –(Sezô plâte batxi).

Observamos como resultados da coleta de dados, o manejo adequado e sustentável dos recursos naturais, desenvolvidos através de atividades do cotidiano respeitando os calendários ecológicos e o ciclo de vida natural das espécies. Como exemplo ,colocamos a desova dos peixes (Tucunaré, Pirarucu) no mês de janeiro/Jãvie, como também a preservação dos ovos dos quelônios

(tracajás) e camaleoa no mês de setembro/ Sektam, para a sobrevivência das espécies evitando a extinção.

Os Karipuna para conservar o uso dos recursos naturais de forma sustentável, na aldeia Manga utiliza o plano de manejo, devido a preocupação com a preservação das espécies da fauna, como os peixes, principalmente o pirarucu durante a desova, o que garantiria a sobrevivência das gerações futuras. Há também a preocupação com o reflorestamento das áreas de plantio das roças, em que os Karipuna voltados para as práticas tradicionais da agricultura familiar, deixam por cinco (05) anos para descansar o solo, para utilizá-lo novamente.

Considerando o manejo adequado e sustentável dos recursos naturais é importante destacar a afirmação de Noronha e Silveira (2009, p.17) “a relação entre o tracajá e os índios é tão próxima e antiga que justifica o conhecimento tradicional indígena, de saber localizar ninhos, caçar nos rios, lagos e igarapés”. O autor confirma ainda, que a cosmologia dessas famílias étnicas mantém tradicionalmente a criação de quelônios em casa, como também a prática de desenhos do casco, usados na confecção de artesanatos valorizando a tradição cultural indígena. Em relação a esse exemplo Santilli (2004, p. 13) considera que:

Os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade dos povos indígenas produzem conhecimentos e inovações em diversas áreas (...) criações artísticas, literárias e científicas, tais como desenhos, pinturas corporais, contos, lendas, músicas, danças (rituais) etc., que devem ser tutelados por meio do reconhecimento de seus direitos autorais coletivos.

Nessa concepção, a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas do Uaçá, por meio da tradição, tem conservado a cosmologia mítico-religiosa valorizando seus valores e saberes tradicionais transmitidos de geração a geração ao longo da história, assegurando, assim, sua alteridade cultural, bem como as práticas de manejo sustentável dos recursos naturais.

4.2 PROJETOS PARA PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO E DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS QUANTO AO USO DOS RECURSOS AMBIENTAIS DO POVO KARIPUNA

Considerando as práticas e saberes tradicionais no manejo sustentável dos recursos naturais dos índios Karipuna é interessante verificar como, historicamente, os indígenas vêm construindo um programa específico para as comunidades do Oiapoque, desde os anos de 1990. As iniciativas das lideranças indígenas, inclusive incentivaram o Governo de João Alberto Capiberibe (1999-2003), durante a execução de seu Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA)²⁰, a organizar quatro seminários com a temática “Sustentabilidade Econômica e Ambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque” que visavam promover ações para o “Desenvolvimento Econômico e Ambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque”, conforme a seguir:

- O I Seminário foi realizado em novembro de 2000, na Fortaleza de São José de Macapá, ficou decidido sobre fiscalização das terras indígenas e monitoramento ambiental; alternativas sustentáveis de produção para as comunidades indígenas e formação e capacitação na área de educação escolar indígena e de comunicação.

- O II Seminário aconteceu no período de 22 a 25 de novembro de 2001. Nele ficou decidido que seriam feitos estudos sobre jacaré e andiroba;

- O III Seminário, realizado em 11 a 14 de fevereiro de 2003, na Casa Paroquial do Oiapoque promoveu a formação dos Agentes Ambientais Indígenas (AAI).

- O IV Seminário ocorreu em 01 a 03 de dezembro de 2005, na aldeia Santa Izabel para a execução de oficinas de empreendedorismo e gestão de negócios.

As discussões estabelecidas no decorrer dos seminários encaminharam ações para a elaboração de projetos que visavam o fortalecimento e a valorização ambiental e cultural dos povos indígenas. Esses

²⁰ O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá previa o crescimento com conservação ambiental, estrutura produtiva baseada na biodiversidade e no ecoturismo, integração regional e redução da pobreza. Procurou valorizar e respeitar o conhecimento dos povos que vivem nas florestas (índios e caboclos), associando-o ao conhecimento científico.

projetos buscaram fazer um levantamento socioambiental por meio de pesquisas sobre a fauna (jacarés, quelônios e caça em geral), objetivando proteger as áreas de impactos, de forma a preservar as espécies, evitar a extinção, buscar emprego de novas tecnologias e práticas tradicionais na criação de animais silvestres, no manejo do jacaré-açu e na fiscalização do pescado.

Considerando as políticas socioeconômicas e ambientais para os Karipuna da aldeia Manga, traçados para reafirmação da identidade étnica e a valorização ambiental e cultural dos povos indígenas do Oiapoque, exemplificaremos alguns projetos socioambientais, a partir de 2000, que encaminharam as discussões dos seminários considerados anteriormente. São os seguintes:

1. Formação de Agentes Ambientais Indígenas (AAI)

O Curso de formação dos AAI foi iniciado em novembro de 2003, ações foram desenvolvidas por módulos de capacitação, considerando a produtividade de andiroba, copaíba para a extração de óleos; plano para o plantio do Açaí. Essas ações ambientais para o desenvolvimento dos projetos tiveram parceria com instituições governamentais e ONGs, tais como a APIO, FUNAI, Ministério do Meio Ambiente (MMA), TNC (organização não governamental Instituto de Conservação Ambiental “The Nature Conservancy”), Governo do estado do Amapá (GEA), Universidade de São Paulo (USP).

Segundo o Projeto de Etnoconservação (APIO, 2009, p.29) “Os AAI são pessoas escolhidas pelas próprias comunidades para adquirir e adaptar novos conhecimentos para ajudar na gestão ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque, principalmente a conservação do ciclo de vida do tracajá”.

Conforme os entrevistados a atuação profissional dos AAI no desenvolvimento das ações de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas são feitas a partir de ações de informações por meio, de palestras, de reuniões e de orientações sobre controle das queimadas (controle do fogo) e da preservação dos tracajás. Contudo, alguns entrevistados informaram que os AAI não têm atuação nenhuma na área.

2. Mapeamento Participativo das Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã ;

O Mapeamento Participativo da TI do Oiapoque passou por várias etapas:

- Em 2004 iniciou-se o processo de Zoneamento das Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã, com o apoio TNC;

- Em 2005 foram elaborados os termos de referência FUNAI/Estudos etnoecológicos das TIs Uaçá, Galibi e Juminã e do trecho igarapé do Breu-Oiapoque BR;

- Em 2006 ocorreu a realização da I Oficina de Educação Socioambiental e Recuperação de Áreas Degradadas, no período de 01 a 05 de dezembro, com a participação da FUNAI.

Essas etapas foram importantes para a gestão ambiental das Terras Indígenas dos Povos do Oiapoque, porque configuraram ações diante das mudanças e pressões do processo de desenvolvimento, proporcionado pelas crescentes inovações de infraestrutura em seus territórios, tais como: asfaltamento da BR 156 que corta a TI Uaçá e a construção da ponte binacional que mantém relações de contato entre índios e não índios na cidade de Oiapoque e Saint Georges. Segundo Sztutman (2006, p.402) desde o ano de 2000 os indígenas vem encaminhado “ações sistemáticas voltadas para a construção e implementação de um plano de gestão territorial para as TI Uaçá, Juminã e Galibi, município do Oiapoque [tendo em vista a] homologação do território tradicional”.

3. Implantação do Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque:

Segundo Vidal (2009, p. 15) o Museu Kuahí, é um “projeto de resgate cultural, executado pela APIO com o apoio financeiro do ‘Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas’- PDPI/MMA (Ministério do Meio Ambiente), cuja proposta foi resgatar aspectos da cultura material e imaterial”.

Para Fonte e Vidal (apud RICARDO; RICARDO, 2011, p. 339) “o Museu tem como finalidade afirmar a diversidade cultural dos povos indígenas da região, assim como promover um diálogo intercultural com outros povos e

instituições indígenas”. Nesse sentido, o museu Kuahí é uma iniciativa inovadora para a valorização da cultura e da criatividade dos índios da região do baixo Oiapoque.

Dessa forma, considerando o Museu como espaço da cultura indígena, Vidal (2006, p.395) afirma que o Museu Kuahí “é ao mesmo tempo, centro de documentação, pesquisa e memória”. A autora comenta que o objetivo principal do museu, inaugurado em abril de 2007, é preservar tanto o patrimônio material (artefatos e objetos) como o patrimônio material (pinturas, cantos, mitos e rituais).

Do ponto de vista da valorização dos Patrimônios Culturais Indígenas, um dos principais objetivos, afirma Gallois (2006), é atender o que prevê a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 que considera “o engajamento dos países em ações de sensibilização que evidenciam aos seus cidadãos a importância crucial do patrimônio imaterial, tanto para a diversidade cultural como para o desenvolvimento sustentável” (p. 60).

O Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque se tornou um espaço cultural representativo da tradição e cultura indígena, pois valorizar o acervo do Patrimônio Imaterial e Material resguarda a transmissão de conhecimentos.

4. Formação de Pesquisadores Indígenas e Gestores do Patrimônio Cultural

A formação de pesquisadores e gestores indígenas, conforme Zacchi, coordenadora executiva do programa Oiapoque-Iepé, foi feita a partir de “oficinas que vem capacitando jovens e adultos para o levantamento de registros de suas expressões culturais (...) envolvendo produção, seleção, documentação e difusão do patrimônio cultural” (2006, p. 397).

O Projeto de Valorização e Gestão dos Patrimônios Culturais foi realizado em 2005 pelo Iepé (Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena) e financiado pela Petrobrás Cultural,

Durante a realização da VIII Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Oiapoque, na aldeia Santa Izabel, no período de 22 a 24 de agosto de 2008, foi criado o Comitê Gestor e a Agenda do Plano de Vida, publicado em 2009.

A Gestão do Patrimônio Cultural, segundo Zacchi, “entre os povos do Oiapoque (...) o levantamento e registro de suas expressões culturais [visa] contribuir para que as comunidades indígenas assumam o controle das ações (...) e difusão de seu patrimônio cultural” (2006, p.397).

Há ainda dois projetos importantes que veem sendo colocado em prática desde o início do século XXI, que serão descritos a seguir: o Projeto Etnoconservação de Quelônios pelos povos Indígenas do Oiapoque (NORONHA; SILVEIRA, 2009) e o Plano de Vida (APIO, 2009).

4.2.1 O Projeto de Etnoconservação de Quelônios

A elaboração do projeto de Etnoconservação de Quelônios contou com a participação de técnicos de campo (engenheiro de pesca, biólogos, zoólogo); Técnicos Indígenas de Campo; Técnicos da TNC (The Nature Conservancy) e Agentes Ambientais Indígenas (AAI). Também teve o apoio de parceiros como a TNC, FUNAI, UFAM RAN, ICMBIO, IBAMA, CNPq, MMA. Como resultado do projeto foi publicado a obra *“Etnoconservação de Quelônios pelos Povos Indígenas do Oiapoque”* sob a coordenação de Guilherme K. Noronha e Ronis da Silveira.

O projeto tem uma importância fundamental para as comunidades, principalmente para a educação escolar das crianças da aldeia Manga. As informações do livro têm ajudado as crianças a observarem os saberes e as práticas no manejo e na conservação dos quelônios.

No projeto de Etnoconservação foi dado ênfase à espécie tracajá, cuja proposta de manejo seguiu as orientações dadas durante o Seminário de Sustentabilidade Econômica e Ambiental, em 2002. Noronha e Silveira (2009, p 27-30) afirmam que “a iniciativa do Projeto de Etnoconservação do tracajá, surgiu da Assembleia durante o Seminário de Sustentabilidade Econômica e Ambiental, em 2002, com representantes dos quatro povos indígenas da região: Karipuna, Galibi-Marworno, Galibi-Kali’na e Palikur, além de pesquisadores e parceiros”.

Os autores esclarecem ainda que, a partir desse seminário, começaram a serem realizadas pesquisas participativas sobre vários recursos naturais, incluindo os quelônios. E em novembro de 2003, teve início a formação do AAI do Oiapoque que receberam treinamento em 2005 sobre o manejo de quelônios em Pracuúba, Amapá, por meio de parceria do Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios (RAN) e do ICMBio com a TNC e a APIO. Com a formação dos Agentes Ambientais Indígenas, eles passaram a executar as atividades necessárias junto à comunidade para aumentar a população do tracajá nos rios e lagoas das Terras Indígenas do Oiapoque.

Atualmente, as ações dos Agentes Ambientais Indígenas estão voltadas para a realização de campanhas educativas de uso adequado dos rios e igarapés no sentido de proteger as matas ciliares nas margens dos rios, como também para a promoção de reuniões e palestras junto à comunidade indígena da região. Nelas divulgam informações, principalmente sobre a conservação e preservação de espécies como os tracajás, jacarés e peixes. Os AAI demonstram também a preocupação no combate as queimadas, fazendo assim, o controle do fogo na época do verão, onde se intensifica o calor e a estiagem, evitando a propagação dos incêndios, os desmatamentos e a poluição do ar²¹.

A iniciativa de elaboração do Projeto sobre os quelônios evidencia de forma didática as questões de etnoconservação de quelônios ou bichos de casco, considerando os conhecimentos tradicionais e garantia para a continuidade e as condições de sobrevivência das espécies da região do município do Oiapoque.

O projeto preservação de quelônios ou bichos de casco visa proteger e conservar várias espécies de quelônios na região do Uaçá, também conhecidos, de acordo com Noronha e Silveira (2009), como “jabuti-vermelho (*Geochelone carbonária*); jabuti-amarelo (*Geochelone denticulata*); aperema

²¹ Veiga (2008) comenta que a redução dos desmatamentos, das queimadas, da poluição dos rios na Amazônia, terá resultados mais positivos quando as discussões relacionadas educação ambiental alcançarem um maior número de pessoas. Fato esse que contribuiria na mudança de práticas com relação ao uso e conservação dos recursos naturais.

(*Rhinoclemmys punctularia*); mata-matá (*Chelus fimbriatus*); cabeçudo (*Peltocephalus dumerilianus*) e tracajá ou cabecinha (*Podocnemis unifilis*)”.

A descrição do ciclo de vida do tracajá (**Figura 13**) apresenta etapas de desenvolvimento, segundo o projeto de Etnoconservação (APIO, 2009, p.32-33 e 36), como medida de preservação:

- **Etapa 1:** Identificação dos locais de nidificação, colheita e transporte dos ovos. Nos meses de setembro/outubro a fêmea de tracajá faz ninho e põe seus ovos no campo ou na praia. Nesse período, os agentes ambientais indígenas saem em busca de ninhos nas praias e no campo, fazendo a colheita dos ovos, colocando-os em uma caixa de isopor para levar para a aldeia.

- **Etapa 2:** A chocadeira deverá ser construída na aldeia, antes da colheita dos ovos. Por isso, os ovos de cada ninho devem ser colocados em buracos cavados no interior da chocadeira, distantes 30 cm entre si, parecidos com o ninho que a tracajá fêmea faz. A comunidade deve escolher uma pessoa, geralmente um AAI, para cuidar da chocadeira, vistoriando os ninhos, para que sejam resguardo os filhotes que estão em desenvolvimento dentro dos ovos.

- **Etapa 3:** Nascimento – Nos meses de dezembro/janeiro. Após a eclosão dos ovos, os filhotes são colocados em bacias plásticas que serão alimentados (com folha de batata-doce, arroz, banana, farinha e outros) até o dia da soltura (abril/maio) dos tracajás, momento no qual também é realizado pelos AAI o trabalho de Morfometria (medida de tamanho e massa dos filhotes).

Segundo Diegues (2000, p. 1), a “conservação é o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, como fim de garantir a sustentabilidade desse uso”. O autor confirma que além do uso sustentável, a conservação inclui proteção, manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento de populações (naturais) e ecossistemas.



Figura 13: Filhotes de tracajás para processo de soltura nos rios da TI Uaçá.

Fonte: Projeto de Etnoconservação de Quelônios, 2009.

Neste projeto a prática da conservação do meio natural está voltada, principalmente, para as atividades de subsistência e de produção. O povo Karipuna mantém o uso das práticas tradicionais no uso do manejo de forma sustentável dos recursos naturais das atividades de caça pesca, plantio e cultivo é uma renovação constante na vida cotidiana dos povos da região do Uaçá.

As atividades de coleta, plantio e cultivo de produtos de subsistência são voltadas para o estímulo da atuação da comunidade de forma coletiva, com práticas de cooperação familiar ou agricultura familiar. O plantio e o cultivo de produtos são desenvolvidos pelas comunidades utilizando-se a prática do “mutirão” das roças.

Nesse projeto a produção da mandioca (produção de farinha) se tornou fonte econômica e de comercialização principal dos povos indígenas da região do Uaçá, estimulando a rede de intercâmbio com seus “parentes”, moradores da fronteira entre Oiapoque (BR) e Saint Georges (FR).

A prática da agricultura familiar, voltada para a produção da farinha, tem servido tanto para a comercialização como para a sobrevivência das

populações indígenas do Uaçá, evitando os impactos ambientais, como o desmatamento e o uso da queimada de forma perniciosa à biodiversidade.

Conforme consta no Plano de Vida, o tema que trata da produção é importante porque fortalece as atividades produtivas sustentáveis valorizando os conhecimentos tradicionais voltados à produção de alimentos.

Contudo, Paulo Silva, Cacique da Aldeia Kumarumã, em depoimento diz que “A questão da produção é fundamental para o nosso futuro. Hoje a gente só produz farinha. As galinhas são criadas pela natureza. Não temos um cuidado especial com elas, uma técnica, uma medicação. Essa aldeia era cheia de plantações, mas desapareceram por causa de uma praga nas laranjeiras, que morriam cheias de frutos. É muito importante criar animais silvestres. A caça é muito rara para nós e o que vem pela frente o pessoal mata para comer. Precisamos ter técnicas indígenas” (APIO, 2009, p.49).

De acordo com os entrevistados os tipos de plano de manejo adequado de animais silvestres em Terras Indígenas, conforme as práticas dos conhecimentos tradicionais são a Preservação do Pirarucu (época de reprodução); preservação dos quelônios como, tracajá e cabeçudo (época de desova, que devem ocorrer somente com a pescar com anzol e flecha para preservar as espécies).

4.2.2 Plano de Vida da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque-APIO.

A proposta de parceria para a construção do Plano de Vida dos Povos Indígenas do Oiapoque realizou-se em março de 2008, por consultores do TNC e instituições parceiras (APIO, FUNAI-Brasília, FUNAI-Oiapoque, Iepé, Eletronorte e GTZ). Nesse momento os parceiros discutiram estratégias necessárias a uma melhor qualidade de vida dos povos indígenas. A discussão de ações articuladas se deu em razão da implantação nas Terras Indígenas do Oiapoque de três grandes projetos de infraestrutura para a região:

- A pavimentação da BR-156²²;
- A implantação da linha de transmissão da Eletronorte (energia elétrica)
- A construção da Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, ligando o Brasil à Guiana Francesa.

Nesse sentido, observamos que o principal objetivo do Plano de Vida foi discutir as ações de políticas públicas socioambientais para os povos indígenas do Oiapoque, por meio do Planejamento Participativo de articulações e parcerias que demonstram uma ação coletiva, de acordo, com as etapas previstas de desenvolvimento.

Segundo Fonte e Vidal (2011, p.338) as ações são as seguintes: “Articulação dos parceiros; mobilização; Oficinas de planejamento; Validação pelas comunidades; Elaboração de projetos; Implementação dos projetos; Monitoramento participativo e avaliação da construção do Plano de Vida”. No entanto, as autoras argumentam que o processo de construção desse documento representa a “reafirmação específica dos índios” dentro da sociedade nacional, com direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, fortalecendo a questão social, cultural e ambiental.

Fonte e Vidal afirmam ainda, que a proposta de elaboração do Plano de Vida foi apresentada e aprovada na Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Oiapoque, em agosto de 2008. Entre setembro e dezembro daquele ano foram realizadas cinco oficinas e as atividades de capacitação do comitê indígena, eleito para a gestão do Plano de Vida. Essas oficinas tiveram o objetivo de preparar os povos indígenas para analisar a sua realidade e para identificar, monitorar e avaliar projetos prioritários, no caso dos povos do Oiapoque garantir uma qualidade de vida, na questão social, cultural e ambiental.

De acordo com o Plano de Vida (APIO, 2009, p. 51) “os povos indígenas buscaram fortalecer o apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas indígenas sustentáveis”, garantindo o manejo de forma adequada as práticas sustentáveis em relação aos animais da fauna nativa e a conservação

²² Ressalta-se que as primeiras reuniões ocorreram na aldeia Manga em janeiro e maio de 2004.

do plantio de espécies vegetais tradicionais de uso indígena. Conforme o documento apresentado pela antropóloga Lux Vidal (2009) o “Plano de Vida representa a reafirmação da posição específica dos índios dentro da sociedade nacional, com direitos indígenas garantidos na CF de 1988, mas sempre em busca da valorização dos aspectos culturais”.

Nesse sentido, o documento Plano de Vida, legitimado pelos indígenas da região do Uaçá, em fevereiro de 2009, descreve que foram realizadas cinco Oficinas Regionais de Planejamento Participativo. As cinco oficinas foram distribuídas da seguinte forma: uma para cada região das Terras Indígenas, localizadas no rio Oiapoque, rio Curipi, rio Urucauá, rio Uaçá e BR- 156, conforme demonstrado abaixo:

- Região Urukauá – Aldeia Kumenê – participantes 62 – Povo Palikur;
- Região Uaçá – Aldeia Kumarumã _ participantes 52 – Povo Galibi Marworno;
- Região Curipi- Aldeia Curipi _ participantes 65 _ Povo Karipuna;
- Região BR-156- Aldeia Tukay _ participantes 47 – Povo Palikur, Galibi Marworno e Karipuna;
- Região Rio Oiapoque – Aldeia Ariramba - participantes 42- Povo Karipuna, GalibiMarworno e Galibi Kali’na.

Nessas oficinas foram discutidas as dificuldades e problemas que as comunidades indígenas apresentavam partindo de um levantamento feito por eixos temáticos, diretrizes e ações estratégicas. O objetivo das oficinas foi traçar alternativas de sustentabilidade econômica e ambiental para a região, em articulação com várias instituições.

Vidal (2009) comenta que os povos indígenas do Oiapoque, através da construção do Plano de Vida, veem buscando o fortalecimento dos aspectos culturais e a valorização do seu patrimônio imaterial, como um caminho para a manutenção da memória e da tradição.

4.2.2.1 Eixos temáticos e o planejamento participativo

Para acompanhar o Plano de Vida foi criado o Comitê Gestor em 2008, juntamente com as comunidades, caciques e lideranças indígenas, com o

apoio das organizações e instituições governamentais, momento em foram propostos seis Eixos Temáticos:

- Saúde;
- Educação;
- Produção e Outras Atividades;
- Território e Meio Ambiente;
- Cultura; e
- Movimento Indígena.

As questões socioeconômicas e ambientais deram suporte para as ações traçadas como prioritárias para a reafirmação de identidade étnica e de proteção e conservação do seu território, de acordo com as reivindicações dos povos indígenas do Oiapoque, no Estado do Amapá. Nesse sentido, os seis eixos temáticos citados orientaram as diretrizes e as ações específicas a serem desenvolvidas em cada região e aldeias do Oiapoque. No caso específico de nosso objeto de estudo, destacam-se as ações planejadas junto aos Karipuna da aldeia Manga.

SAÚDE:

Antes de iniciarmos a discussão referente às ações relacionadas ao campo da saúde elencadas pelo Plano de Vida é importante destacar que atualmente a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas é regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 254, de 31 de janeiro de 2002. Ela faz parte da Política Nacional de Saúde, de acordo com as determinações das Leis Orgânicas da Saúde e com a Constituição Federal, que reconhecem aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais e seus direitos territoriais.

Desse modo, a preocupação com a questão da sustentabilidade de saúde de uma população está relacionada com a evolução político-social e econômico da sociedade brasileira. Na Constituição Federal de 1988, Artigo 196 ficou estabelecido que “Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas, que visam à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Em torno do que estabeleceu a Constituição foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), pela Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, o qual vem sendo atualizado por regulamentações sucessivas e abrangentes para uma dinamização mais eficaz.

Araújo (2006) comenta que a Lei 9836/99, conhecida como lei Arouca,

(...) criou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena como componente do Sistema Único de Saúde (SUS). Este Subsistema está estruturado com base em Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), desenhados justamente para, em sua atuação, levarem em consideração a realidade local e a especificidade das culturas dos povos indígenas. Em outras palavras, trata-se de capacitar uma equipe de profissionais com relação às especificidades culturais dos povos com os quais estarão trabalhando, de modo a garantir que a prestação do atendimento à saúde ocorra de maneira dirigida e adequada (p. 73, apud GARCIA, 2008, p. 59).

A elaboração da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas contou com a participação de representantes dos órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e pela ação indigenista do governo, bem como de organizações da sociedade civil, com trajetória reconhecida no campo da atenção e da formação de recursos humanos para a saúde dos povos indígenas.

Tendo em vista o conhecimento das questões legais sobre o atendimento a saúde indígena, o Plano de Vida no campo da saúde elencou alguns objetivos primordiais a serem alcançados nas aldeias destacamos os seguintes:

- Ampliar e reestruturar a infraestrutura física e administrativa das Unidades de Atendimento à Saúde Indígena e as ações de saneamento básico nas aldeias, como a coleta seletiva de resíduos sólidos (lixo);

- Garantir a manutenção da infraestrutura física e administrativa e aquisição dos materiais necessários ao atendimento da saúde indígena, com profissionais habilitados e qualificados e as ações associadas às práticas tradicionais indígenas;

- Priorizar a formação e contratação dos trabalhadores indígenas para executar as ações de saúde indígena e o controle de endemias e doenças infectocontagiosas.

Neste sentido as **ações prioritárias** dizem respeito ao saneamento básico, com prioridade ao controle da Malária (**Figura 14**) - já que nos dias atuais, o município do Oiapoque ainda apresenta uma incidência elevada dessa doença -, e as condições socioambientais próprias de cada povo indígena, reformar unidades de atendimento à saúde indígena, contratar profissionais habilitados na área da saúde e de serviços administrativos.



Figura 14: O mosquito *Anopheles albimanus*, vetor da malária, alimentando-se em um braço humano.

Outra questão importante diz respeito a prática de coleta de lixo. Foi elaborado um projeto de Educação Ambiental para Coleta de Lixo pelos professores que atuaram no SOMEI (Sistema Operacional Modular de Ensino Indígena). A Prefeitura Municipal tem a responsabilidade pela coleta do lixo (**Figura 15**) por meio, de um caminhão que faz a coleta na aldeia, frequentemente quinzenal, evitando a proliferação e contaminação de doenças para a comunidade.



Figura 15: Coleta de resíduos sólidos (lixo)- aldeia Manga, 2012.

Fonte: Arquivo Pessoal

EDUCAÇÃO:

A Constituição assegurou em seu artigo 210, parágrafo 2, o direito dos indígenas à educação, reconhecendo para tanto o próprio processo de aprendizagem indígena, como também a utilização de suas línguas nativas, e a proteção de suas manifestações culturais. Frente ao exposto, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC- Brasília-DF (SECAD, 2008) afirma que a educação escolar faz parte das lutas dos povos indígenas pela garantia e proteção territorial e pelo reconhecimento da diversidade sociocultural, relacionados à construção da cidadania indígena no país.

Nos últimos anos, no campo das políticas públicas de Educação Escolar Indígena, vale destacar:

- a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD para superar as desigualdades educacionais originadas na desvalorização e desconsideração da diversidade sociocultural;

- a articulação do Ministério da Educação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação- CONSED na construção de uma agenda compartilhada para consolidar a institucionalização da educação escolar indígena no Sistema de Ensino Estadual;

- a criação do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas-PROLIND, em 2005, para a formação de professores indígenas em nível superior, referenciada na interculturalidade;

- a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena-PNAEI/ FNDE em 2003, com valores diferenciados para a merenda das escolas indígenas e orientado para a valorização dos padrões alimentares próprios às tradições das comunidades, e para a aquisição dos alimentos da produção comunitária.

Neste sentido, a partir do exposto no Plano de Vida, destacamos os seguintes objetivos no campo educacional:

- Ampliar e Reestruturar a Infraestrutura Física e Administrativa das Unidades de Educação Escolar Indígena;

- Garantir a formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio e superior e a produção, distribuição e utilização de material didático específico em línguas indígenas, bilíngues ou em português;

- Concluir o processo de formação de professores indígenas em nível superior nas diferentes áreas de habilitação para o ensino escolar indígena.

Frente ao exposto as ações prioritárias são: a construção de unidades escolares e aquisição de materiais reconhecidos pelo MEC, na língua e cultura de cada povo e propiciar o acesso dos professores indígenas (**Figura 16**) ao nível superior e a elaboração e apoio político-pedagógico das unidades escolares indígenas.



Figura 16: Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá - aldeia Manga.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2012.

PRODUÇÃO E OUTRAS ATIVIDADES:

Conforme a Constituição Federal de 1988 os indígenas têm direito ao uso exclusivo dos recursos naturais. Os Karipuna têm como prática tradicional a agricultura familiar, desenvolvido pelo processo de “mutirão das roças”. O principal produto de subsistência é a farinha de mandioca (**Figura 17**), utilizado na comercialização e na troca, como também na produção do Caxixi (bebida - extraída da mandioca) usada no ritual do Turé.

Nesse sentido, através do plano de vida os povos indígenas detectaram a necessidade de:

- Fortalecer o apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas indígenas sustentáveis;
- Garantir a formação inicial e continuada de profissionais indígenas em áreas específicas (produção, pesca e extrativismo) em nível médio e superior;
- Promover a utilização de áreas desmatadas, com aumento de produtividade e recuperação florestal e produtiva das áreas degradadas;

A partir do exposto delineou-se como ações prioritárias: estruturar cadeias produtivas sustentáveis, valorização das práticas dos conhecimentos tradicionais relacionados à produção, incentivar o manejo florestal sustentável e apoiar a recuperação de áreas degradadas, melhorar infraestrutura de beneficiamento de produtos de plantas nativas e cultivadas, desenvolver

criatórios de animais para subsistência, comercialização da fauna nativa; conservar e revitalizar o plantio de espécies tradicionais (sementes e mudas).



Figura 17: Produção de farinha da mandioca (peneirando).

Fonte: Acervo da acadêmica Nara Anika, 2008.

TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE:

Segundo documento base da SECAD/MEC/2008 a legislação brasileira assegura que as especificidades socioculturais dos povos indígenas sejam consideradas nas políticas, programas e ações desenvolvidas pelos órgãos públicos e na sua gestão, orientada pela diferenciação e tratamento específico. Dentre as especificidades socioculturais, a territorialidade dos povos indígenas relaciona-se com sua organização social, com as articulações interétnicas, com valores atribuídos ao espaço sociogeográfico, ao sistema ecológico, com sua história de contato com a sociedade nacional, com suas concepções e perspectivas cosmológicas manifestadas na elaboração mitológica e nas práticas rituais, que são transmitidas às gerações mais jovens, e com seus projetos de futuro. Dessa forma os objetivos propostos pelo Plano de Vida no âmbito territorial e meio ambiente são os seguintes:

- Promover ações de ordenamento territorial, de promoção do uso sustentável e de proteção e conservação dos recursos naturais;

- Garantir o manejo adequado de animais silvestres de acordo com os conhecimentos e práticas dos povos indígenas.

As ações prioritárias relacionam-se ao apoio técnico e financeiro; à elaboração e implementação dos planos de gestão territorial e ambiental nas terras indígenas; dar continuidade aos projetos; gerenciamento dos recursos; realizar campanhas educativas de uso dos rios (**Figura 18**) e igarapés das TI.



Figura 18: Rio Curipi – Aldeia Manga, 2012.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2012.

Conforme os entrevistados as campanhas ambientais de uso sustentável para a preservação dos rios e igarapés das Terras Indígenas da região do Uaçá contam com informações dos Agentes Ambientais Indígenas (AAI) por meio, de palestras, reuniões e orientações sobre preservação das espécies, proteção das margens dos rios, igarapés, para não poluir e não desmatar as matas ciliares. Mas, também, com campanhas realizadas por professores, alunos e a comunidade da aldeia.

CULTURA:

Como afirma Vidal (apud RICARDO; RICARDO, 2006, p. 395), “o Museu Kuahí (...) é ao mesmo tempo, centro de documentação, pesquisa e memória”. Portanto, sem perder de vista a importância do museu (**Figura 19**)

no que diz respeito à valorização do patrimônio cultural dos povos indígenas, o Plano de Vida com respeito ao aspecto cultural procura:

- Promover e Valorizar a Cultura Indígena do Oiapoque;
- Garantir a formação de indígenas para a pesquisa e gestão do patrimônio material e imaterial dos povos indígenas do Oiapoque.

As ações prioritárias quanto a este setor visam: apoiar e incentivar os conhecimentos e as práticas culturais tradicionais relacionadas à língua, música, rituais, mitologia, grafismos, pinturas corporais, arte plumária, adornos corporais, artesanato, confecção de artefatos cotidianos e cerimoniais, e outros.



Figura 19: Museu Kuahí- Oiapoque/AP

Fonte: Arquivo Pessoal, 2012.

MOVIMENTO INDÍGENA:

Segundo os registros do ISA (2001), “em maio de 1992, os Karipuna, Palikur, Galibi- Marworno e Galibi- Kali’na criaram, em assembleia geral, a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO)”. De acordo, com ISA a congregação de várias etnias em uma única associação política se deu em decorrência da luta conjunta pela demarcação das Terras Indígenas travada no final do ano de 1970 e nos primeiros anos de 1980 principalmente em função das intensas relações mantidas ao longo da história, entre as sociedades indígenas da região. Neste sentido o Plano de Vida procura contribuir para:

- Fortalecer a capacidade institucional das organizações indígenas para a execução de suas responsabilidades;

- Apoiar a participação social na tomada de decisão sobre os empreendimentos;

- Garantir a construção e o fortalecimento de parcerias para o desenvolvimento de ações junto aos povos indígenas.

As ações prioritárias previstas são: apoiar técnica e financeira os processos de capacitação para a gestão administrativa e institucional das organizações e associações indígenas, e o desenvolvimento das atividades de controle social das ações do Plano de Vida dos povos indígenas do Oiapoque. E estimular parcerias com instituições governamentais e não governamentais, principalmente com a FUNAI, junto às aldeias.

O movimento indígena considera que as ações do poder público para a execução das políticas socioambientais não devem se restringir a orientações, palestras e reuniões para a proteção e fiscalização das TI do Uaçá, Galibi e Juminã, mas, integrar projetos de conservação do conhecimento tradicional, a partir dos direitos dos povos indígenas do Oiapoque garantidos pela Constituição Federal de 1988.

As ações das Políticas Públicas, no desenvolvimento dos projetos socioambientais das TI, no uso de forma sustentável dos recursos naturais constituem instrumentos de continuidade no processo de proteção das práticas dos saberes tradicionais sobre a biodiversidade da região do Uaçá, especialmente para os Karipuna da aldeia Manga. As práticas e saberes ambientais garantidos pelas ações para a implantação de políticas públicas nas TI, devem estar de acordo com a construção do Plano de Vida e com as propostas de parceria com ONGs para projetos de fortalecimento e valorização ambiental e cultural, voltado para o manejo dos recursos naturais, adequando a legislação indigenista e do meio ambiente.

Contudo, existe ainda alguns problemas socioambientais relacionados a uma insuficiência na aplicabilidade das ações de políticas públicas necessárias para a melhoria da qualidade de vida, apesar das parcerias articuladas com APIO, FUNAI, Iepé, TNC, Eletronorte e GTZ, no sentido de

promover o uso sustentável nos planos de gestão territorial e ambiental nas TI do Oiapoque.

Isso é importante para reflexão da realidade atual dos indígenas da aldeia Manga nesse contexto de valorização do conhecimento tradicional e da delimitação de territórios e territorialidades identitárias integrados à questão socioambiental. Principalmente, com relação à conservação das práticas tradicionais no uso do manejo de forma sustentável dos recursos naturais das atividades de caça pesca, plantio e cultivo é uma renovação constante na vida cotidiana da região do Uaçá.

Garcia e Bastos (2009) destacam “quanto aos problemas relacionados ao desenvolvimento de projetos socioeconômicos na TI do Oiapoque e sua relação com o meio ambiente natural”, que os povos Karipuna da aldeia Manga vêm procurando utilizar seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais de forma que não comprometa a sua sustentabilidade ambiental de seu território tradicionalmente ocupado.

Porém, não basta estabelecer regras de proibição quanto ao uso dos recursos das TI, para proteger o interesse e o patrimônio das comunidades indígenas. É preciso garantir que as terras indígenas pertencentes ao domínio da União sejam efetivamente inalienáveis e que, portanto, os recursos florestais pertencem a ela e também não podem ser objetos de comercialização.

Por isso, o desenvolvimento de ações deve estar condicionado à existência de projetos, por meio, de políticas públicas necessárias à autonomia das comunidades indígenas para o desenvolvimento de suas atividades produtivas voltadas para o equilíbrio ambiental, social, cultural e econômico, viabilizando o aproveitamento dos recursos naturais de forma sustentável para os povos indígenas.

E, além disso, considerar que existe uma relação entre a mitologia indígena e o meio ambiente natural dos povos Karipuna importante no dia-a-dia da aldeia para conservar a os rios, igarapés, lagos e os animais e as plantas. A mitologia indígena Karipuna está associada com a dança do Turé, que ressalta a relação do índio com a natureza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, observa-se que os povos indígenas da região do Uaçá, passam por transformações de desenvolvimento tecnológico, econômico, social e ambiental. Transformações advindas dos contatos e das influências diretamente com a sociedade envolvente, principalmente com a fronteira entre o Oiapoque (BR) e Saint Georges (FR). Em relação a essa questão percebe-se que a cultura indígena do Oiapoque passa pelo fenômeno da globalização que avança de forma acelerada, rompendo a linha do tempo e espaço para essas comunidades indígenas, daí a apresentarem a preocupação com o uso do manejo e conservação florestal sustentável, essencial à proteção de sua identidade e território relacionado aos ecossistemas da região do Uaçá.

Essa preocupação está expressa pelos povos indígenas Karipuna, da aldeia Manga, porque eles, ainda, mantêm práticas de conhecimento tradicional para a conservação do meio ambiente natural e também uma relação histórica com a terra e o manejo dos recursos naturais, estabelecendo assim, a necessidade de cooperação familiar e mútua para a execução das atividades produtivas de subsistência, como o plantio nas roças e a realização de “mutirões”.

Assim, é importante considerar que as propostas e execução de projetos socioambientais como a “Etnoconservação de Quelônios” pelos povos indígenas do Oiapoque” e o “Plano de Vida”, realizados junto à comunidade, buscam alternativas e compartilham a responsabilidade para evitar a extinção de várias espécies da fauna e da flora e garantir o combate ao desmatamento e ao fogo evitando queimadas e poluição dos rios e igarapés das Terras Indígenas da região do Uaçá, principalmente no rio Curipi. Mas, também, a continuidade de sua identidade cultural e seu território vinculado a proteção do grupo indígena e seu meio ambiente.

Essas propostas de políticas socioambientais são importantes para a manutenção da qualidade de vida dos indígenas e para proteção da fauna e flora, responsabilidade, também, do poder público ao reconhecer “que os índios são brasileiros como todos nós e têm direitos sobre suas terras

tradicionalmente ocupadas”, conforme Artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

Portanto, confirmamos a hipótese de que o desenvolvimento de projetos e de ações, por meio, de políticas públicas associadas à conservação dos recursos naturais de uso sustentável vem possibilitando a proteção do território e da identidade dos povos Karipuna, especialmente a aldeia Manga que mantém proximidade com a cidade do Oiapoque e, de uma forma geral, com a fronteira, acessando todos os tipos de transformações: comunicação, tecnologia, economia e comércio e outras redes sociais.

Por isso, de acordo com os objetivos da pesquisa, observa-se que é de fundamental importância discutir os conceitos de identidade e território vinculados diretamente à ação do Estado brasileiro em TI, bem como é necessário conhecer a realidade dos povos indígenas no Oiapoque, principalmente os indígenas Karipuna, da aldeia Manga, para propor e promover políticas públicas de sustentabilidade socioambiental e econômica. Garantindo, desta forma, a manutenção de atividades tradicionais de subsistência como a pesca, a caça, o plantio e o cultivo, por meio, da cooperação familiar. Elementos considerados pela Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 225 que afirma o seguinte: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações”.

Nesse sentido, o uso da terra e dos recursos naturais apresenta uma dimensão maior que simplesmente um espaço geográfico. Embora, as TI sejam legalmente consideradas Áreas Protegidas, elas caracterizam, antes de tudo, a identidade de ocupação tradicional dos povos indígenas ao longo da história, por meio, do modo de vida, suas técnicas de manejo do ambiente natural, agricultura de subsistência que transcende a relação homem e natureza, pois estabelece no caso dos povos indígenas a vinculação do índio com sua cosmologia.

Portanto, no contexto de realização de ações de políticas públicas socioambientais em TI, a pesquisa apontou a importância que tem as práticas e saberes tradicionais dos índios Karipuna no manejo das atividades de pesca,

de caça, e na agricultura (plantio e de cultivo). Essas práticas têm promovido uma atuação da comunidade de forma coletiva e participativa, sobretudo, pelas atividades de cooperação familiar, relacionada à produção de subsistência, como a farinha e do manejo de espécies como peixes (pirarucu, tucunaré) e os quelônios e jacarés, obedecendo a um calendário ecológico e diferenciado adotado pela comunidade para a preservação dessas espécies, conforme os conhecimentos transmitidos de geração a geração.

Os povos indígenas do Oiapoque, por meio, da APIO, vêm buscando parcerias, convênios de apoio financeiro, como: FUNAI; MEC; MMA; IBAMA; SEMA; Iepé; Eletronorte para o desenvolvimento de seus projetos, que juntas realizam alternativas que envolvem as questões territoriais, ambientais, socioculturais, econômicas e educacionais, para uma melhor integração e intercâmbio étnico e cultural para o desenvolvimento de uma dinâmica do manejo dos recursos naturais que possibilitam a continuidade da produção e da sobrevivência das espécies e das atuais gerações.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa E; CASTRO, Edna R. Negros do Trombeta: guardiães de matas e rios. 2 ed. Belém: Cejusp/UFpa/Nae, 1998.

ACSELRAD, Henri (org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

------(org.). Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

------(org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Lelume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ARAÚJO, Ana Valéria. Povos Indígenas lei dos “Branços”: o direito à diferença. Brasília: LACED; Museu Nacional, 2006.

ASSIS, Eneida Correia de. Escola Indígena uma “frente ideológica”.? Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1981.

ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE. Plano de Vida dos Índios e Organizações Indígenas do Oiapoque. Oiapoque: APIO, 2009.

BRAGA, Márcio André. Identidade étnica e os índios no Brasil. Revista Dimensões. Vol.18. Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

BRITO, Daguiete Maria Chaves. Conflitos socioambientais na gestão de Unidade de Conservação: o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2010.

CABALZAR, Aloísio Organização. Manejo do Mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro, Noroeste amazônico. São Paulo: ISA: São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2010. – (Conhecimentos indígenas, pesquisas interculturais).

CASTELLS, M. O poder da identidade. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.

DIEGUES, Antônio Carlos e ARRUDA, Rinaldo S.V. Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FILHO, Arnaldo Carneiro e SOUZA, Oswaldo Braga. Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 12 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva. 2011.

GALLOIS, Dominique T.; GRUPIONI, Denise F. Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará. Quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?. São Paulo: Iepé, 2003.

GALLOIS, Dominique T. (org.). Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas do Oiapoque. São Paulo: Iepé, 2006.

GARCIA, Simone Pereira. 2010. A política indigenista no Município do Oiapoque no Estado do Amapá – BR e os problemas atuais enfrentados pelos indígenas no município: Um estudo no campo da História do Presente e da História Oral. Universidade Livre de Amsterdã Pós-Graduação em Linguística, 2008.

GARCIA, Simone Pereira; BASTOS, Cecília Maria C.B. Direitos indígenas, meio ambiente e projetos econômicos na história recente dos povos indígenas do Oiapoque/AP. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Universidade Federal do Amapá, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas. V. 1, n.1, dez, 2009, (18p.).

GRUPIONI, Luís Donisete (1998). Coleções e expedições vigiadas: etnólogos no Conselho de Fiscalização da Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.

HAESBAERT, R. “Da Desterritorialização à Multiterritorialidade”. Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre. v. 29, n. 1, Jan-Jun. 2003, pp. 11-24.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. Trad. Sandra Valenzuela. - 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, Antônio Carlos de Souza; HOFFMANN, Maria Barroso. ETNODESENVOLVIMENTO POLÍTICAS PÚBLICAS: Bases para uma nova política indigenista. São Paulo: LACED: Contra Capa, 2002.

LIMA, Ana Renata Rosário. Cabanagem: uma revolta camponesa no Acará. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2004.

LITTLE, Paul (org.). Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo; Brasília: IIEB, 2002.

----- (org.). Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURZSTYN, Marcel (org.) A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. P.107-122.

MILARÉ, Édis. Direito Ambiental; A Gestão Ambiental em foco; doutrina, jurisprudência, glossário. 6 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MORAIS, Paulo Dias; MORAIS, Jurandir Dias. Geográfica do Amapá. Macapá: JM Editora Gráfica, 2011.

NORONHA, Guilherme K; SILVEIRA, Ronis da (Eds.). Etnoconservação de Quelônios pelos Povos Indígenas do Oiapoque. Macapá: APIO/ GK Noronha, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Caminhos da Identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: paralelo 15, 2006.

PEREIRA, Luís Fernando. Legislação Ambiental e Indigenista: uma aproximação ao direito socioambiental no Brasil. Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena- Iepé, 2008.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens Martins (org.). Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades. Macapá: Editora, 2010.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro; a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fanny (editores gerais). POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental- ISA, 2006.

----- (editores gerais). POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental-ISA, 2011.

RUFFALDI, Pe. Nello e SPIRES, Jr., Rebecca. Povos Indígenas no Pará e Amapá. Rio de Janeiro, Mensageiro – CIMI, 2002.

SANTILLI, Juliana. Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção. (Dissertação de Mestrado) Brasília-DF: UnB, 2004.

_____. Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e Instituto Socioambiental (ISA). São Paulo: Peirópolis, 2005.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. No Bom da Festa: O Processo de Construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: Editora da USP, 2003.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 5ª ed. Petrópolis, R.J. Vozes, 2008.

THEODORO, Suzi Huff (org.). Mediação de Conflitos Socioambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

TRIGUEIRO, André (coord.). Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento; prefácio de Marina Silva. 5 ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2008.

VERÍSSIMO, Adalberto (org.). Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios. Belém: Imazon; ISA; Instituto Socioambiental, 2011.

VIDAL, Lux (org.). Grafismos Indígenas: estudos antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel: USP: FAPESP, 1992.

----- Povos Indígenas do Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver. 2 ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio:lepé, 2009.

APÊNDICES

ANEXOS